



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

LUIZ GUSTAVO BIZERRA DE LIMA MORAIS

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS
NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA JORNALISTA JOSÉ LEAL RAMOS,
SÃO JOÃO DO CARIRI - PB

CAMPINA GRANDE

2014

LUIZ GUSTAVO BIZERRA DE LIMA MORAIS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS
NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA JORNALISTA JOSÉ LEAL RAMOS,
SÃO JOÃO DO CARIRI - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convenio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.(a) Me. Marlene Macario de Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M827p Morais, Luiz Gustavo Bizerra de Lima
 As Políticas públicas de educação ambiental e seus reflexos
 nas práticas educativas da Escola Jornalista José Leal Ramos, São
 João do Cariri - PB [manuscrito] / Luiz Gustavo Bizerra De Lima
 Morais. - 2014.
 77 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Prof^a. Marlene Macário de Oliveira,
Departamento de Geografia".

1. Políticas Públicas de Educação Ambiental. 2. Meio
Ambiente. 3. Geografia. 4. Prática Docente em Educação
Ambiental. I. Título.

21. ed. CDD 372.357

LUIZ GUSTAVO BIZERRA DE LIMA MORAIS

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEUS REFLEXOS
NAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ESCOLA JORNALISTA JOSÉ LEAL RAMOS,
SÃO JOÃO DO CARIRI - PB

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares da Universidade Estadual da
Paraíba, em convenio com Escola de Serviço
Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à
exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 06/12/2014

Marlene Macario de Oliveira

Profª Me. Marlene Macario de Oliveira/UEPB
Orientadora

Adilson da Silva Tavares.

Prof. Me. Adilson da Silva Tavares/UEPB
Examinador

Josandra Araújo Barreto de Melo

Profª. Dra. Josandra Araújo Barreto de Melo/UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que com sua dedicação e profissionalismo contribuiu para o fortalecimento da Educação Ambiental no âmbito da Escola Jornalista José Leal Ramos, especialmente o professor Yuri Bonaldo Ramos Nilo que superou todos os desafios impostos e realizou um trabalho que orgulhou toda uma comunidade escolar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Lucia Bezerra de Lima e José Maracajá de Moraes, pelo incentivo e apoio.

A todos os professores do curso de especialização em fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, em especial a professora Maria José Silva Oliveira, pelos conhecimentos adquiridos.

A minha orientadora Marlene Macario de Oliveira, pela amizade e contribuições para realização deste trabalho, como também para minha formação acadêmica.

A minha companheira de trabalho e de vida Patrícia de Farias Sousa por estar sempre ao meu lado independente das dificuldades enfrentadas.

RESUMO

A escola na atualidade se coloca como lugar privilegiado para o debate e formulação de novas concepções e práticas educativas, sobretudo, dado às ações e ante as problemáticas ambientais inerentes que vem ameaçando os meios de vida nas escalas diferenciais dos territórios. Tem sido relevante, nesse sentido, o papel exercido pelas políticas públicas no que diz respeito ao estímulo de práticas voltadas ao fortalecimento da Educação Ambiental no contexto escolar. Nesta perspectiva, as escolas podem fomentar espaços de diálogo e exercício de ações sustentáveis, promovendo uma dinâmica favorável para que os discentes atuem enquanto protagonistas. A pesquisa ora apresentada pautou-se nesta proposta, assim, analisa a questão na E.E.E.F.M. Jornalista José Leal Ramos, situada no município de São João do Cariri, PB, para identificar repercussões das políticas públicas de Educação Ambiental para as práticas em Educação Ambiental dos docentes deste educandário. Os procedimentos metodológicos suscitaram uma abordagem qualitativa pautando-se na observação participante. Assim, se fez uso de questionários semiestruturados para identificar as categorias de análise. A análise de conteúdo foi o caminho para a busca e posterior análise e a interpretação dos dados. A partir destes procedimentos pôde-se perceber que ações como Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e Conferência Escolar contribuíram diretamente para as práticas docentes no contexto ora analisado. Houve um trabalho sistemático ao longo de todo o ano letivo que levou os discentes a refletirem e desenvolverem ações para melhoria das problemáticas existentes na comunidade local. Assim, os trabalhos realizados lograram êxito no tocante ao fortalecimento da Educação Ambiental no contexto escolar, fomentando discussões, ações e constituição de espaços importantes como a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Com-Vida. Alguns desafios ainda precisam ser superados, sendo o principal deles a efetivação de uma prática contínua, imprescindível para transformar a escola num espaço educador sustentável.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Educação Ambiental; Meio Ambiente e Geografia; Práticas docentes em Educação Ambiental.

ABSTRACT

The school today stands as a privileged place for the discussion and formulation of new ideas and educational practices, especially given the actions and against the inherent environmental problem that has threatened the livelihoods differential scales in the territories. Have been relevant in this sense, the role played by public policies with regard to stimulation of practices aimed at strengthening environmental education in the school context. In this perspective, schools can foster spaces for dialogue and exercise sustainable initiatives, promoting a dynamic environment for the students to act as protagonists. The research presented here was based on this proposal therefore addresses the issue in EEEFM Jornalista José Leal Ramos, located in the municipality of São João do Cariri, PB, to identify impacts of public policies on environmental education for practice in environmental education for teachers of this educational institution. The methodological procedures elicited a qualitative approach basing on the participant observation. So, if you did use semi-structured questionnaires to identify the categories of analysis. Content analysis was the way to search and subsequent analysis and data interpretation. From these procedures we could notice that actions such as Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e Conferência Escolar contributed directly to the teaching practices in the context herein analyzed. There was a systematic work throughout the school year that led the students to reflect and develop actions to improve existing problems in the local community. Thus, efforts were successful in regard to strengthening environmental education in the school context, fostering discussions, actions and formation of large spaces such as the Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e Conferência Escolar. Some challenges still need to be overcome, the main one being the realization of a continuous practice, essential to transform the school into a sustainable space educator.

Keywords: Public Policies for Environmental Education; Environment and Geography; Teaching practices in Environmental Education.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Ações e temáticas voltadas para o trabalho com Educação Ambiental presentes no Projeto Político Pedagógico da escola Jornalista José Leal Ramos.....	40
QUADRO 2 –	Respostas dos docentes quando indagados porque consideravam importante trabalhar a Educação Ambiental no âmbito da disciplina a qual lecionavam.....	44
QUADRO 3 –	Relatos dos docentes acerca da frequência com que fazem uso da Educação Ambiental em suas práticas.....	46
QUADRO 4 –	Relatos de experiências vividas pelos docentes com trabalhos em Educação Ambiental.....	47
QUADRO 5 –	Principais dificuldades elencadas por parte dos professores ao trabalhar a Educação Ambiental.....	48
QUADRO 6 –	Relato dos docentes acerca da existência ou não de planejamento sistemático para se trabalhar a Educação Ambiental.....	49
QUADRO 7 –	Respostas dos docentes acerca de como foi o desenvolvimento dos trabalhos para realização da Conferência Escolar por parte da escola e no âmbito de suas disciplinas.....	51
QUADRO 8 –	Problemáticas ambientais exploradas nos projetos de ação executados pelos professores da Escola Jornalista José Leal Ramos....	53
QUADRO 9 –	Envolvimento dos diferentes setores da escola (gestão, professores, funcionários, alunos, familiares e demais membros da comunidade escolar).....	54
QUADRO 10 –	Avaliação dos docentes acerca da Conferência Escolar.....	58
QUADRO 11 –	Respostas dos docentes acerca da existência ou não de resultados visíveis na atualidade a partir dos trabalhos realizados.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1** – Distribuição Percentual acerca do conhecimento de que o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a Educação Ambiental..... **43**
- GRÁFICO 2** – Distribuição percentual acerca da importância e do uso da Educação Ambiental no trabalho docente segundo os docentes da E.E.E.F.M. Jornalista José Leal Ramos..... **44**
- GRÁFICO 3** – Formação dos docentes da Escola Jornalista José Leal Ramos..... **45**

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Localização geográfica da Escola Jornalista José Leal Ramos no Município de São João do Cariri, PB.....	36
FIGURA 2 –	Fotografias do alto da Escola Jornalista José Leal Ramos mostrando os aspectos ambientais da cidade de São João do Cariri.....	37
FIGURA 3 –	Apresentações dos projetos de ação desenvolvidos por professores e alunos durante a Conferência escolar.....	55
FIGURA 4 –	Escolha do Delegado e Suplente para representar a escola na etapa estadual da Conferência.....	56
FIGURA 5 –	Representantes das escolas selecionadas na fase estadual participam da Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - João Pessoa, PB.....	56
FIGURA 6 –	Alunos representantes (Delegados) das escolas paraibanas que tiveram seus Projetos de Ação selecionados para a IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.....	57
FIGURA 7 –	Materiais usados para a divulgação do Projeto de Ação e os resultados da participação da Escola na Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.....	57
FIGURA 8 –	Participação da Escola na IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - Luziânia, GO.....	57
FIGURA 9 –	Folder da VII Exposição científica e cultura da escola Jornalista José Leal Ramos constando os trabalhos pedagógicos desenvolvidos.....	59
FIGURA 10 –	Exposição dos projetos com tema sustentabilidade durante a VII Exposição científica e cultural da escola Jornalista José Leal Ramos.....	60
FIGURA 11 –	Atividades do programa Mais Educação voltadas a vivências no contexto da Educação Ambiental.....	61
FIGURA 12 –	(A) Planejamento pedagógico coletivo; (B) Discussão para formação da Com-Vida.....	63
FIGURA 13 –	Reunião da Com-Vida Jornalista José Leal Ramos.....	63

LISTA DE SIGLAS

CNIJMA - Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente

CMMAD - Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

E.A. - Educação Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

GRE - Gerência Regional de Ensino

LDB - Lei de Diretrizes e Bases para a Educação

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

SEEPB - Secretaria de Estado da Educação da Paraíba

Sema - Secretaria Especial do Meio Ambiente

TIC - Tecnologias da Informação

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

	Páginas
INTRODUÇÃO.....	13
1. DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS AS AÇÕES INSTITUCIONAIS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	15
1.2. APROFUNDANDO O DEBATE ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO BRASILEIRO.....	20
1.3. GEOGRAFIA, MEIO AMBIENTE E ENSINO: UM OLHAR CONTRIBUTIVO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	24
2. METODOLOGIA.....	33
2.1. ESPAÇO E SUJEITOS DA PESQUISA.....	36
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	39
3.1. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DOCUMENTAL: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E AS AÇÕES ESTRUTURANTES PARA FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	39
3.2. APLICAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: ADENTRANDO NO UNIVERSO DAS PRÁTICAS DOCENTES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	43
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERENCIAS.....	67
APÊNDICE.....	71
ANEXO.....	75

INTRODUÇÃO

Os resultados provenientes dos danos causados pela ação humana predatória aos recursos ambientais têm levado a sociedade, de modo geral, a se preocupar com a qualidade da vida no planeta. O futuro que se projeta parece estar bastante comprometido. A necessidade de formas mais sustentáveis de relação, seja entre as próprias pessoas ou entre estas e o meio natural, nos surgem como desafios a serem alcançados, principalmente pelas novas gerações.

Como não poderia deixar de ser, a escola se coloca como lugar privilegiado para o debate e formulação de novas concepções e práticas, cujo principal objetivo é a mudança tanto dos hábitos, quanto de atitudes que reproduzam os modelos atuais de relacionar-se com o meio. No entanto não é sempre que a escola adota esta preocupação ou muitas vezes adota de maneira muito distante da realidade vivenciada na comunidade a qual se insere, não trazendo ensinamentos significativos.

Inquietados com tais circunstâncias, em 2003, durante a realização da 1ª Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, jovens estudantes de vários lugares do Brasil, propuseram a criação e valorização de espaços em defesa do meio ambiente no contexto escolar, cuja resposta foi dada em 2004 com a criação, por parte do Ministério da Educação (MEC), do programa "Vamos cuidar do Brasil com as escolas". No entanto, a concretização dessas ações ainda se dá de forma lenta, tendo em vista a existência de fatores que dificultam ou impedem sua consolidação no âmbito escolar.

Desse modo, esta abordagem parte do princípio que as concepções de Educação Ambiental e as formas como a mesma é trabalhada no âmbito escolar podem ser determinantes na refutação ou adoção de práticas que vivenciam maiores ou menores êxitos. Duso e Sudbrack (2010, p. 79) trazem uma contribuição importante neste sentido, segundo os autores: "não são as políticas educacionais que definem os rumos, ou até mesmo o andamento das atividades no ambiente escolar, mas quem tem o poder de ressignificar a sua prática e, ainda, fazer a diferença, são, sem dúvida os docentes e os profissionais que atuam na escola".

Este trabalho lança-se numa questão cuja compreensão possibilita fornecer aos agentes promotores de políticas públicas e demais interessados, sobretudo no que diz respeito a Educação Ambiental, subsídio a implementação de estratégias que busquem conduzir a uma *práxis* capaz de transformar a escola num espaço que condiz, a partir de suas ações, a uma verdadeira vivência de Educação Ambiental.

Diante do exposto e tomando como tema a Educação Ambiental este trabalho trata-se de um Estudo de Caso realizado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

Jornalista José Leal Ramos, localizada no município de São João do Cariri – PB, cujo objetivo geral consistiu em analisar como as políticas públicas de Educação Ambiental têm contribuído para as práticas em Educação Ambiental dos professores e professoras da referida escola.

Como objetivos específicos, a pesquisa busca no primeiro momento, discutir as contingências e ações que colocam as problemáticas socioambientais na agenda educacional. O segundo momento será dedicado a discutir o desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Educação Ambiental nas escolas brasileiras, sendo abordado ainda dentro desta discussão princípios e concepções que a norteia. O terceiro momento dedicar-se-á a refletir o papel da Geografia no âmbito da questão ambiental contemporânea, cuja abordagem no ensino constitui importante instrumento de subsídio as políticas públicas de Educação Ambiental. Em um último momento dedicar-se-á a discutir as práticas vivenciadas no contexto escolar que tomaram por base as ações propostas pelas políticas públicas de Educação Ambiental.

1. DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS AS AÇÕES INSTITUCIONAIS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Eis que, de repente, a preocupação do homem com a natureza adquiriu importância e ocupa lugar destacado no rol de interesses das mais diferentes organizações sociais da atualidade. Seria isto fruto do acaso? (Francisco Mendonça)

O questionamento ora expresso nos é bem pertinente para começarmos a discutir a questão aqui em foco. Começemos pelo entendimento de que a questão ambiental, tão propalada na atualidade, remete-nos, como nos diz Mendonça (2010, p. 07), "a realidade das condições ambientais e de qualidade de vida dos homens" vivenciadas no momento atual. Compreender sua emergência, contudo, é matéria de um esforço teórico o qual necessita de uma revisão que nos leva a tratar das contingências desse movimento.

A gênese da grande maioria desses problemas encontra-se no Século XVIII no advento da Revolução Industrial, paulatinamente se difundindo à medida que as nações se industrializavam levando, na segunda metade do século seguinte, a uma grande explosão de movimentos sociais voltados a criticar a forma como a apropriação dos recursos ambientais estavam se dando e as consequências disto para o meio ambiente.

Mendonça (2010) destaca entre as principais contingências para eclosão do pensamento ambiental: a Segunda Guerra Mundial; a globalização das economias capitalista e socialista; o imperialismo; a explosão demográfica; seca/fome/desertificação na África; Movimentos sociais gerais: *Hippie*, manifestações estudantis, (destacando-se também, os camponeses, povos indígenas, mulheres, negros, homossexuais (Gonçalves, 2006)); a abertura do conhecimento científico, entre outros que, sem dúvida "tiveram reflexos na ordem econômica, social, política, científica e tecnológica", e, portanto, constituíram importantes fatores para o surgimento de uma consciência socioambiental a nível mundial (MENDONÇA, 2010, P. 33).

À medida que o mundo nos apresentava formas de convivências insustentáveis, alguns grupos de pessoas começaram a contestar os modelos estabelecidos, o que vem levando paulatinamente a um choque de ideias e a necessidade de se repensar a vida em todas as esferas e a segunda metade do Século XX representou um marco neste processo. Conforme Gonçalves (2006, p. 11-12):

A década de 1960 assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente, o modo de vida. E o cotidiano emerge aí como categoria central nesse questionamento. [...] os movimentos que emergem na década de 1960 partem da situação concreta de vida dos jovens, das mulheres, das "minorias" étnicas, etc. para exigir mudanças dessas condições (GONÇALVES, 2006, P. 11-12).

Tais movimentos levarão, uma década mais tarde, conforme nos relata LIMA (2003, p. 101), a uma crise, revelando os limites do discurso desenvolvimentista, crise essa que, "embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural". Andrade (1987, p. 111) corrobora neste sentido e enfatiza que:

[...] os programas desenvolvimentista aumentaram as distâncias entre as condições de vida dos vários Estados e, a nível nacional, fizeram crescer a pobreza e a miséria, sobretudo no Terceiro Mundo, tornando inviáveis as condições de vida nas grandes cidades. O uso cada vez maior de tecnologias avançadas aumentava as rendas das grandes empresas, mas acelerava o processo de destruição e degradação do meio ambiente.

A publicação do livro *Primavera Silenciosa* (*Silent spring*), de autoria de Rachel Carson, lançado em 1962, é um dos mais importantes trabalhos que tem a missão de denunciar os problemas ambientais existentes, sobretudo o uso de inseticida (DDT) na agricultura que, além de piorar a qualidade de vida das pessoas, afetava diretamente os recursos ambientais. Em um trecho do referido livro a autora destaca:

De modo semelhante, as substâncias químicas, difundidas sobre (sic) terras de cultivo, ou sobre (sic) florestas, ou sobre (sic) jardins, fixam-se por longo tempo no solo; dali, entram nos organismos vivos; passam de ser vivo a outro ser vivo; e iniciam uma cadeia de envenenamentos e de mortes (CARSON, 1962, p. 16)

Através deste livro, a necessidade de a sociedade se preocupar com os problemas de conservação de recursos naturais ficou expresso, servindo de base para realização de políticas públicas conservacionistas adotadas pelos Estados Unidos no início do século XX (MC CORMICK, 1992 *apud* JACOBI, 2005, p. 237), expirando ainda a ocorrência de grandes debates no âmbito da comunidade internacional voltados a tratarem das problemáticas socioambientais em várias escalas.

Estas discussões, ocorridas em sua grande maioria na segunda metade do Século XX, contribuíram significativamente para que ações nos âmbitos dos governos dos diferentes países fossem engendradas. As políticas resultantes dos debates acerca dessa questão caminharam principalmente no sentido de tomar a Educação Ambiental como um dos parâmetros para a melhoria das condições ambientais do planeta.

Um grande passo seria dado em 1972, com a publicação do relatório "Os limites do Crescimento" (*The limits of Growth*) realizado por um grupo de pesquisadores, liderados por Dennis Meadows, grupo esse conhecido como Clube de Roma, cuja fundação remete a 1968. De acordo com Jacobi (2005, p.) o relatório destacou que a sociedade se confrontaria dentro de poucas décadas com os limites do seu crescimento e a principal causa era o esgotamento

dos recursos naturais. Tendo em vista a estabilidade econômica e ecológica, surgiu como proposta o congelamento do crescimento da população global e do capital industrial.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972, foi o primeiro grande momento dedicado a se tratar tais problemáticas no âmbito da comunidade internacional e na qual se teve as primeiras deliberações acerca da Educação Ambiental¹ que, de acordo com Brasil (2007, P. 12), passa a ser inserida na agenda internacional.

Effting (2007, p. 05) discute que durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, foi apresentado:

[...] um “Plano de Ação Mundial” e, em particular, recomendou que devesse ser estabelecido um Programa Internacional de Educação Ambiental. Foi onde a Educação Ambiental passou a ser considerada como campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais.

O passo dado durante a Conferência de Estocolmo repercutiu de forma muito positiva, abrindo espaço para que a Educação Ambiental retornasse a pauta em outros grandes encontros realizados no âmbito das Nações Unidas, sendo dois deles num curto espaço de tempo, um em 1975, na cidade de Belgrado e outro em 1977, na cidade de Tbilisi.

Durante o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental realizado em Belgrado, pela UNESCO, reunindo especialistas de 65 países, foram formulados vários princípios e orientações para um Programa Internacional de Educação Ambiental, o qual:

[...] deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. A discussão sobre as terríveis disparidades entre os países do Norte e do Sul gerou, nesse encontro, a Carta de Belgrado, na qual se expressava a necessidade do exercício de uma nova ética global, que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana (EFFTING, op. cit., p. 06).

Dois anos mais tarde, na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, promovida pela UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU – PNUMA, realizada em Tbilisi (Geórgia, ex- URSS), "saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental, que até hoje são adotados em todo o mundo" (BRASIL, 1998, P. 30).

Destaca-se neste sentido, como as principais características da Educação Ambiental sob a ótica de Tbilisi, os seguintes aspectos:

¹ O termo surge durante o da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), realizado em 1948, em Paris (BRASIL, 2007, P. encontro 12). Começa a se difundir a partir de 1965, durante a Conferência sobre Educação realizada na Universidade de Keele, na Inglaterra, embora pautado numa visão bastante conservacionista (CANDIANI ET AL, 2004, p. 75).

- 1) **Processo dinâmico integrativo:** a Educação Ambiental foi definida (...) como "um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir -individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais".
- 2) **Transformadora:** a Educação Ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.
- 3) **Participativa:** a Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.
- 4) **Abrangente:** a importância da Educação Ambiental extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.
- 5) **Globalizadora:** a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.
- 6) **Permanente:** a Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, ganha-se um aliado para a melhoria das condições de vida no planeta.
- 7) **Contextualizadora:** a Educação Ambiental deve atuar diretamente na realidade da comunidade, sem perder de vista a sua dimensão planetária (BRASIL, OP. CIT., P.31-32).

No que diz respeito a importância da Conferência de Tbilisi, se faz necessário analisar as três conferências realizadas posteriormente, uma vez que, estas tomaram como parâmetro os objetivos e princípios formulados em 1977.

A primeira delas foi a realizada no ano de 1987, a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental que aconteceu em Moscou. A Conferência de Moscou contou com a participação de centenas de especialistas vindos de 94 países e se propôs a debater acerca dos progressos e dificuldades encontrados pelas nações na área de Educação Ambiental. No tocante as estratégias, como já mencionado, foram reafirmados os objetivos e princípios orientadores da educação ambiental propostos em Tbilisi, entre estes o de que:

os objetivos da Educação Ambiental não podem ser definidos sem que se levem em conta as realidades sociais, econômicas e ecológicas de cada sociedade ou os objetivos determinados para o seu desenvolvimento; deve-se considerar que alguns objetivos da Educação Ambiental são comuns à comunidade internacional (BRASIL, OP. CIT., P.34).

Cinco anos mais tarde o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ficou conhecida como "Eco 92". Os debates e documentos resultantes da Eco 92, constituem atualmente os mais importantes referenciais para as políticas públicas desenvolvida no âmbito nacional no que diz respeito a Educação Ambiental,

sendo os mais importantes o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, a Agenda 21 e a Carta da Terra.

Ainda durante a fase preparatória para este evento, Barbosa (2008, p. 02) destaca a importância do documento nascido no âmbito da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), que ficou conhecida como Comissão de Brundtland, segundo a autora o Relatório Brundtland destaca-se pelas informações presentes no mesmo, resultado de três anos de pesquisas e análises, principalmente sobre as questões sociais no que diz respeito ao “uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano”.

Enfatiza-se também que, no “Relatório Brundtland” foi formulado o conceito mais conhecido para o desenvolvimento sustentável, estabelecendo que: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46). Conceito este, segundo Sauv  (1997, p. 8) intimamente relacionada com a Educação Ambiental.

Como já foi mencionado, durante a Eco 92, foram discutidas temáticas e elaborados documentos que levaram a avanços significativos no que diz respeito a Educação Ambiental. Um desses documentos trata-se do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, o qual:

[...] estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza os processos participativos voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (BRASIL, 2007, p. 12).

O segundo trata-se da Agenda 21, que constitui um plano para se agir em todos os níveis, do global ao local, “por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente”. Mais que um documento, a Agenda 21 constitui “um processo de planejamento participativo que resulta na análise da situação atual de um país, estado, município, região, setor e planeja o futuro de forma socioambientalmente sustentável” (BRASIL, op. cit).

A Carta da Terra foi outro importante documento debatido durante a Eco 92, embora só tenha ficado pronta em 2000. Segundo Gadotti (2010, p. 19):

A Carta da Terra é o equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos, apropriada para os tempos atuais, constituindo-se num documento baseado na afirmação de princípios éticos e valores fundamentais que norteiam pessoas, nações,

Estados, raças e culturas no que se refere à sustentabilidade. Parte integrante de um projeto social global de construção de uma sociedade com desenvolvimento econômico sustentado e justiça social, ela também não deixa de ser um processo global de **formação** e de **capacitação**: aprofunda a necessidade de participação, organização e codireção, para que os cidadãos e cidadãs possam intervir, local e globalmente, de modo criativo e transformador, a partir da realidade em que estão inseridos, para melhorar a qualidade de vida de todos.

As discussões estabelecidas durante a Eco 92 foram reforçadas durante a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalonika, no ano de 1997, a qual ressaltou-se a necessidade de articulação de ações de Educação Ambiental com base nos “conceitos de ética e sustentabilidade, identidade cultural e diversidade, mobilização e participação, além de práticas interdisciplinares” (BRASIL, 2007, P. 12-13; JACOBI, 2005, p. 242).

Diante do que foi discutido, fica claro que as Nações Unidas vêm se engajando cada vez mais na proposição de uma educação que seja capaz transformar os espaços de vivências das pessoas tendo como meta alcançar níveis mais altos de sustentabilidade, corroborando para o desenvolvimento de políticas eficazes de Educação Ambiental. Pensando nisso, a ONU implantou a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (2005-2014) que, conforme Brasil (2007, p. 13):

[...] representa uma conquista para a Educação Ambiental, ganha sinais de reconhecimento de seu papel no enfrentamento da problemática socioambiental, na medida em que reforça mundialmente a *sustentabilidade* a partir da Educação. A *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* potencializa as políticas, os programas e as ações educacionais já existentes, além de multiplicar as oportunidades inovadoras.

Como vimos, as políticas voltadas para a Educação Ambiental são resultados de um processo que envolveu muitos estudos e discussões em diversos níveis da sociedade acerca das problemáticas socioambientais, principalmente após a segunda metade do Século XX, que apontaram para a necessidade de um esforço institucional e coletivo na busca de formas mais sustentáveis de convivência, em todo o mundo, para que as futuras gerações não tenha sua existência ameaçada.

1.2. APROFUNDANDO O DEBATE ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: O CASO BRASILEIRO

A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), ocorrida em 1973, é considerado o marco inicial da Educação Ambiental no Brasil. Já em 1981, a partir da Lei 6.938, foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente, que estabeleceu a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2007, p. 13). Anos

mais tarde, em 1987, aparecem as primeiras diretrizes acerca de como deveria ser a introdução da Educação Ambiental no ensino, estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação. Conforme Brasil (1998, p. 43):

[...] ficou enfatizada a urgência da introdução da Educação Ambiental, propondo-se que fosse iniciada "a partir da escola, numa abordagem interdisciplinar, levando à população posicionamento em relação a fenômenos ou circunstâncias do ambiente". Além disso, o parecer sugeriu a criação de Centros de Educação Ambiental nos Estados, para atuarem como pólos (sic) irradiadores.

Apesar da determinação, vale ressaltar que não foram criadas as condições necessárias à implantação da Educação Ambiental no meio escolar, tendo em vista os problemas relacionados à falta de informação e formação para tratar o tema, por parte de gestores e professores, sobretudo de forma interdisciplinar. "Vale lembrar que a maioria dos cursos de licenciatura não proporcionavam (e ainda não proporcionam) discussões sobre a interdisciplinaridade e muito menos sobre a EA" (ALMEIDA, 2011, p. 24).

A Constituição brasileira, por sua vez, veio a contribuir de forma significativa para com Educação Ambiental. No *artigo 225*, a mesma estabelece que "Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, e preservá-lo, para o bem das atuais e futuras gerações". Já no *Inciso VI* estabelece a obrigatoriedade do poder público em estabelecer a "educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (BRASIL, 1988).

Como visto, a importância da Constituição brasileira, do ponto de vista da Educação Ambiental, não estar apenas em estabelecê-la como uma responsabilidade social, mas, por conceber ao poder público a responsabilidade de inseri-la nos níveis de Ensino. Neste sentido, conforme Brasil (2007, p. 14), durante a Eco 92 foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental a qual reconheceu a Educação Ambiental como um importante instrumento para viabilizar a sustentabilidade.

Nas últimas duas décadas foram desenvolvidos diversos mecanismos institucionais que contribuíram para que a Educação Ambiental fosse inserida no cotidiano do ensino no Brasil. Tem-se em vista que um dos principais instrumentos foi a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no qual temas como meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo passaram a ter especial abordagem do ponto de vista da importância social que os mesmos apresentam.

Os diversos avanços alcançados contribuíram para que em 1999 fosse instituída, a partir da lei Lei 9.795/99, em conformidade com a LDB, a Política Nacional de Educação

Ambiental (PNEA). Segundo a qual, ressalta a necessidade de capacitação dos docentes para incluir em sua prática de ensino a Educação Ambiental e, ainda, reforçando os dispostos nos artigos 205 e 225 da Constituição brasileira no que diz respeito a incorporar a dimensão ambiental em todos os níveis de ensino no país, conforme estabelecido no Artigo 3º da PNEA.

Já em 2000, foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), sendo revisado em 2004. A nova versão foi formulada após um processo de Consulta Pública que envolveu mais de 800 educadores ambientais em 22 unidades da federação, configurando-se em um programa de âmbito nacional, mas que tem como corresponsáveis para a sua implementação, todos os segmentos sociais e esferas de governos (BRASIL, 2005, p. 15).

Dois anos antes da revisão do ProNEA, através do Decreto nº 4.281, foram definidas a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA, e, com isso, as bases para a sua execução. Tal fato constituiu um importante fator na realização das "ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente" (BRASIL, 2007, p. 15).

A primeira edição da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente aconteceria em Brasília no ano de 2003, com a participação de 16 mil escolas e aproximadamente 6 milhões de estudantes. Durante a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente foram feitos diversos encaminhamentos, entre eles, a criação de conselhos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21 nas escolas do país (BRASIL, 2007). Em consonância com a proposta, no ano de 2004, o MEC criou o programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas".

Entre ações estruturantes do programa "Vamos Cuidar do Brasil" com as Escolas, surge a Com-Vida - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. Cujas propostas "é consolidar na comunidade escolar um espaço estruturante e permanente para realizar ações voltadas à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, com intercâmbio entre as escolas e comunidades" (BRASIL, 2007, p. 57).

A Com-Vida, segue as orientações da Carta Jovens Cuidando do Brasil, sendo parte integrante das reivindicações realizadas pelos jovens durante a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Seus objetivos principais, segundo Brasil (2012a, p. 15), são:

- Contribuir para que a escola se torne um espaço educador sustentável, acessível, acolhedor, agradável, democrático e saudável, motivador, que estimule a inovação, a aprendizagem e reflita o cuidado com o ambiente e com as pessoas;
- Desenvolver e acompanhar a Educação Ambiental na escola de forma permanente;
- Ajudar a cuidar do Brasil, assumindo como orientação as Cartas das Responsabilidades;
- Fazer a Agenda 21 na Escola.

- Participar da construção do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- Realizar as Conferências de Meio Ambiente na Escola;
- Promover intercâmbios com outras Com-vidas e com as Agendas 21 locais;
- Observar, pesquisar, conservar e ajudar a recuperar o meio ambiente.

A Com-Vida toma como base a participação da comunidade escolar, de modo a "somar esforços com outras organizações da escola, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho da Escola, trazendo a Educação Ambiental para todas as disciplinas" (BRASIL, 2004, p. 09).

A Com-Vida, desse modo, apresenta-se como uma forma inovadora e eficaz de se trabalhar a Educação Ambiental numa perspectiva holística, envolvendo os diversos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Outro ponto ao qual merece ser ressaltado é a metodologia utilizada para alcançar tais propósitos, centrada, sobretudo, no protagonismo juvenil.

O processo de formação da Com-vida na escola se dá, primeiramente, com a reunião de pessoas que se interessam pelos temas relacionados à sustentabilidade e o Meio Ambiente na Escola, bem como, pessoas que podem contribuir no desenvolvimento de ações voltadas a estes temas. Para tanto, os delegados ou demais estudantes, com a colaboração dos professores, são responsáveis por organizar e divulgar a primeira reunião, a qual deve ser debatida e aprovada sua formação. Juntamente a isto, é necessário definir os participantes e um cronograma de atividades (BRASIL, 2012a, p. 17).

Com a Com-Vida formada, um dos passos a ser seguido é a elaboração da Agenda 21 da escola. Para Brasil (2007, p. 59) a Agenda 21 trata-se de uma importante política na área ambiental, uma vez que, compartilha o poder de modo a tornar o cotidiano escolar mais democrático e participativo. Seu papel é instigar os atores envolvidos a buscarem de forma participativa os problemas relacionados ao meio ambiente local e soluções possíveis para os mesmos.

Para construção da Agenda 21 Escolar, o Órgão Gestor nacional (MEC e MMA), propõe que seja trabalhado a Oficina de Futuro, criada pelo Instituto ECOAR para a Cidadania, que consiste numa metodologia consagrada para conduzir projetos coletivos, sendo indispensável a fase preparatória da Agenda 21 Escolar. Segundo o Instituto ECOAR *apud* Garcia (2010, p. 98), a Oficina do Futuro:

[...] é um conjunto de atividades lúdicas que estimulam a reflexão sobre os problemas socioambientais, ajudando a comunidade na organização de suas ideias para a busca de soluções de problemas e promoção da melhoria da qualidade de vida local. Trata-se de um diagnóstico e um planejamento participativo que contempla algumas etapas básicas: oficina árvore dos sonhos; oficina muro das lamentações; oficina do histórico do pedaço; oficinas temáticas; construção de uma rede de cooperação.

A Oficina de Futuro tem em vista trabalhar, a partir de uma metodologia democrática e participativa, quatro dimensões essenciais ao desenvolvimento de um plano de ação coletivo voltado a Educação Ambiental. A dimensão dos sonhos, pesquisa da realidade, dimensão histórica e o Plano de Ações.

Santana e Melo (2011, p. 03), destacam que:

Ao longo de uma Oficina de Futuro os participantes são convidados a discutirem suas responsabilidades e papéis, de forma a, posteriormente, colocarem em prática aquilo que foi planejado. Isto é possível, pois ao longo do desenvolvimento da Oficina de Futuro, vários exercícios sociais e dinâmicas de grupo são utilizadas de forma que os participantes criem identidade e sintam-se pertencentes ao grupo.

Desse modo, as ações desenvolvidas no âmbito das políticas públicas de Educação Ambiental possuem múltiplas possibilidades de transformar a escola num espaço educador sustentável, bem como, fortalecer os laços entre a escola e a comunidade, de modo que a Educação Ambiental seja trabalhada numa perspectiva contextualizada e transformadora da realidade, contribuindo para que haja melhorias significativas na qualidade de vida de todos.

1.3. GEOGRAFIA, MEIO AMBIENTE E ENSINO: UM OLHAR CONTRIBUTIVO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Hoje todos somos chamados, por todas as maneiras, através de todos os veículos de comunicação, através do nosso cotidiano, a pensar sobre essas questões que colocam em cheque as necessidades para a vida (Francisco Mendonça).

O meio ambiente ultimamente tem ganhado espaço nas discussões promovidas em vários âmbitos da sociedade e se constituído em um desafio a racionalidade humana através dos vários campos do conhecimento instituídos enquanto ciência. O desafio encontrar-se no fato de que o modelo de produção capitalista vislumbrado na atualidade tem interferido intensamente na dinâmica socioambiental do planeta, cujas implicações e propostas de intervenção têm sido alvo de debates fecundos.

A escola, enquanto *lócus* de aprendizagem das várias manifestações promovidas nos campos científicos, bem como, na construção de novos conhecimentos e de formação para a cidadania, se torna o espaço privilegiado para formação de consciência e atitudes voltadas a construção de um ambiente melhor e, nesse contexto, entendemos que os conhecimentos vislumbrados no âmbito do ensino da Geografia constituem importantes meios para isto, sobretudo pela capacidade de leitura dos fenômenos contidos na problemática ambiental atual, principalmente no que diz respeito às categorias de análise usadas, enquanto componente

curricular e área do saber, para entendimento e interpretação da realidade, tais como: espaço geográfico, paisagem, território, região, sociedade, natureza, etc. que possuem condições de ancorar uma leitura espacial com grande nível de complexidade acerca da problemática ambiental atualmente propalada.

A princípio pretendemos abrir a discussão tratando que, a questão a cerca do meio ambiente ou questão ambiental, tão propalada na atualidade, não é tão simplória quanto nos apresentam na mídia ou nas discussões realizadas por alguns especialistas no assunto movidos por radicalismos ambientalistas e, ao que parece, tem ganhado grande repercussão, haja vista as visões expressas na atualidade.

Temos que ter em vista que a concepção de meio ambiente em voga extrapola os limites da separação entre a natureza e a sociedade, como outrora se colocava, separação a qual as ciências como um todo fizeram e, ao que parece, não está completamente superada. Para Bailly e Ferras (1997, P. 115-166) *apud* Mendonça (2001, P. 116):

Em 1917, o meio ambiente, é para uma planta ‘o resultante de todos os fatores externos que agem sobre ela’. Em 1944, para um organismo ‘a soma total efetiva de fatores aos quais um organismo responde’. Em 1964, Harant e Jarry propõem ‘O conjunto de fatores bióticos (vivos) ou abióticos (físico-químico) do hábitat’. Em 1971, segundo Ternisien, ‘Conjunto, num momento dado, dos agentes físicos, químicos e biológicos e dos fatores sociais suscetíveis de ter um efeito direto ou indireto, imediato ou a termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas.

O conceito de meio ambiente, como visto, passou por grandes transformações em quase um século, sendo marcante a incorporação da atividade humana. Mesmo assim, Mendonça (2001) ressalta que a visão naturalista ainda é predominante, a qual o homem é visto mais como fator e a abordagem acerca do meio ambiente encontra-se relacionada à natureza, constituindo um grande desafio a toda uma comunidade científica, colocamos aqui também profissionais da educação, o de "Inserir na abordagem ambiental a perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural", tendo em vista "[...] o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea" (Mendonça, 2001, p.117).

Neste sentido, Pereira (2012, p. 62), destaca que:

E para nossos alunos, o que significa natureza? É provável que, ao serem questionados a respeito do que seja a natureza, digam que são as árvores, o "mato", os animais, as florestas etc. quando respostas como essas surgirem, parece estar enraizada a ideia de que natureza seja algo distinto do meio em que os humanos vivem.

A ideia de que a natureza é algo distinto do homem pode ser revelador de outro pensamento, o de que o ser humano poderia se apropriar dos recursos como bem lhe conviesse, já que a espécie humana não se reconheceria como parte de um grande

conjunto formador de vida e que constantemente interage por meios de componentes bióticos e abióticos.

Destacam-se nesse contexto as discussões realizadas no âmbito da Geografia, oferecendo um subsídio importante para a leitura dos fenômenos contidos na problemática ambiental atual, sobretudo a leitura da problemática relação sociedade-natureza. De acordo com os PCN de Geografia (1997), várias abordagens atuais vêm buscando práticas pedagógicas que possibilitem aos alunos a compreensão de maneira clara e consistente dos conteúdos dessa matéria nos diferentes momentos da escolaridade. Assim, segundo o mesmo, o ensino requer que os alunos:

[...] desenvolvam a capacidade de identificar e refletir sobre diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação da sociedade-natureza. Essas práticas envolvem procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa de fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação (BRASIL, 1997, P. 14).

A Geografia, sem sobras de dúvida, apresenta, a partir desta análise (relação sociedade-natureza), um papel fundamental na instrumentalização da leitura espacial imprescindível não só para o entendimento da problemática relação sociedade/natureza, como também, contribuir para a construção da cidadania socioambiental.

Diante deste papel, cabe ressaltar que, a muito tempo, geógrafos de diferentes áreas vêm se dedicando a estabelecerem relações entre o meio físico e as populações que nele habitam, constituindo, segundo Mendonça (2010, p. 22), o único campo científicos que, desde sua origem pauta-se no estudo da relação entre os homens e o meio natural do planeta.

A abordagem dessa relação, todavia, apresentaram no percurso da história dessa ciência diversas interpretações. Conforme Oliveira, Farias e Sá (2008, P.109):

Na história do pensamento geográfico, diferenciadas formas de análises da realidade consubstanciaram a produção espacial. Esse percurso envolveu contínuas mudanças que se sucederam na atualidade em virtude dos desafios e problemas a serem enfrentados pela sociedade no que tange à maneira de intervir no ambiente.

Temos em vista que, o momento atual que demarca a atuação do campo geográfico na questão ambiental tem suas raízes na segunda metade do Século XX. Anteriormente a este período, segundo Rodrigues (2008), o tratamento da natureza, por parte da Geografia, consistia em tratá-la ora como determinante ora como possibilidade às ações do homem.

O pensamento geográfico formulado, bem como sua inserção no ensino, carregou, assim, nesse período, toda uma gama de atributos positivista, que demarcou a Geografia como

um ramo meramente informativo-descritivo, sobretudo, dos aspectos físicos, como aborda Andrade (1987, p. 12-13). Para o autor o papel relegado a Geografia era a de "informar a respeito das várias áreas do globo terrestre, catalogando nomes de montanhas, de rios, de mares, de cidades, de países e de recursos produzidos. [...] Daí definir-se durante muitos anos a Geografia como a 'ciência que faz a descrição da superfície da Terra'", cujo componente reflexivo apresentava-se bastante superficial.

É dada a primazia da iniciativa de uma análise geográfica mais comprometida com as problemáticas da sociedade a Piotr Kropotkin e Élisée Reclus, ambos, mesmo vivendo em uma época em que os níveis de abordagem não vislumbravam integração dos fatores físicos aos sociais, se constituíram importantes defensores de uma ciência livre de determinações naturais e sociais (MORAIS e MELO, 2013, p. 24). Ao tratar especificamente, sobre a importância de Reclus, Andrade (1987, p. 57), destaca que:

Não fazia separação entre geografia física e a humana como a maioria dos seus contemporâneos, mas analisava detalhadamente fatos físicos, procurando assinalar as interações com o processo de ação do homem, da sociedade, e as transformações que ele realizava na natureza para melhor utilizá-la.

Para Mendonça (2010, p. 28), o contexto social-filosófico aplicado à Geografia por Reclus no início do século XX, só conseguiu maior visibilidade a partir dos anos de 1960, haja vista maiores aberturas para o entendimento e discussão das questões ambientais que assolam o Planeta e, concomitante a isto, as questões sociais decorrentes do uso exacerbado dos recursos naturais, sobretudo, pelo processo de expansão (mundialização) do modelo capitalista de produção. Neste contexto foram importantes as contribuições das abordagens geográficas que tomaram como bases filosóficas "a Fenomenologia, o Estruturalismo, o Neopositivismo, e o Marxismo entre outros, que possibilitaram adentrar na complexidade das relações entre sociedade e meio ambiente, tanto no âmbito dos lugares como na escala planetária" (OLIVEIRA, FARIAS & SÁ, 2008, P. 110).

A perspectiva de uma Geografia que aponta para uma articulação entre os elementos da natureza e a sociedade na análise do espaço, constituindo uma visão holística do espaço, encontra maior força em meados da década de 70 (ARMOND & AFONSO, 2010).

Andrade (1987, P. 116) ao tratar da conjuntura social dessa época enfatiza que foi um período em que houve maior engajamento dos geógrafos frente a problemática social. No mesmo sentido, emerge a preocupação por parte dos geógrafos, sobretudo da Geografia Física, em relação aos impactos da atividade industrial sobre a natureza e a sociedade, impactos estes, ocasionados pela busca de lucro de forma exacerbada, ocasionando a intensificação da exploração dos recursos ambientais.

Tal crise aparece como reflexo de um modelo de crescimento meramente econômico, taxado por alguns de "capitalismo selvagem", sem a mínima sensibilidade ao que poderia ocorrer a sociedade e aos meios naturais, o qual a geração de riquezas não tinha como foco a divisão dos lucros e o uso dos recursos centrava-se na ideia de que estes eram infinitos. Souza (2003, P. 116), ilustra bem essa questão enfatizando que, o capitalismo enquanto modo de produção possui excelência em geração de riqueza, no entanto, é "péssimo para distribuí-la com justiça e com atenção para a necessidade de proteção ambiental...".

Tal deficiência fez eclodir, a nível mundial, questões desafiadoras para a sociedade, nem sempre possíveis de serem tratadas. Ao mesmo tempo, fez com que houvesse em poucas décadas uma discussão ampla acerca das problemáticas socioambientais que se agravavam consideravelmente mundo a fora. Para Santos (2005, p. 142), "diante das consequências advindas dos maus tratos ao meio e que ameaçam a vida no planeta, colocamos, desde logo, uma questão: o lócus desses problemas é o lugar e é o mundo".

Neste cenário, "a busca de novos caminhos, de nova linguagem, de novas propostas, enfim, de uma liberdade de reflexão e criação" tornam-se desejável (MORAES, 2007, P. 103). Estes caminhos vão ser trilhados, principalmente, pelos geógrafos com produção voltada para vertente física da geografia. Conforme Andrade (1987, p. 119) estes constituíram abordagens mais amplas, tendo como foco os impactos a natureza quando influenciados pela ação humana:

a preocupação com o meio ambiente vem interessando sobretudo àqueles que trabalham com áreas desérticas ou semi-áridas (sic), consequência (sic) do avanço das condições de aridez nas suas áreas marginais, quer em áreas distantes, mas vítimas da degradação da vegetação, consequente (sic) das formas irracionais de uso da terra (ANDRADE, OP. CIT.).

A este novo enfoque, cujos aspectos sociais e ambientais são tomados de forma integrada, chama-se hoje de socioambiental. Quanto ao pressuposto metodológico, usado nesta abordagem, tem-se em vista que vai ser um dos pontos que mais o distingue das bases do pensamento geográfico até então já trilhados.

Andrade (1987, p. 121) ao analisar alguns estudos realizados por geógrafos físicos, cuja perspectiva encontrava-se alinhada a socioambiental, destacou: "Em muitos pontos, eles se aproximam do grupo dos chamados geógrafos críticos ou radicais, enquanto em outros se contactam (sic) com o grupo que faz a geografia da percepção e do comportamento".

A não utilização de um método específico no âmbito da Geografia Socioambiental advém do fato de refutar-se a ideia de constituir uma abordagem que ponha em evidência o aspecto natural ou o social isoladamente. Conforme Morais e Melo (2013, p. 25):

O tratamento da questão ambiental, tendo-se em vista inserir a sociedade numa concepção de componente/sujeito é resultado de um momento histórico caracterizado por profundas alterações na natureza, no modo de vida da sociedade e no modo de conceber as relações entre os homens e, destes, com a natureza.

Esta preocupação levou Monteiro apud Mendonça (2001, P. 128) a dizer que:

A corrente da *geografia socioambiental* está ancorada na concepção de que talvez “o maior ponto de relevância epistemológica para a Geografia esteja na atitude fenomenológica de não considerar nem a Natureza (matéria da experiência) nem o Homem (corpo que percebe) como ‘fundantes’”.

Em suma, o paradigma da Geografia socioambiental caracteriza-se pela multi e interdisciplinaridade e a abordagem da sociedade e da natureza numa perspectiva holística, constituindo um campo vantajoso para o ecletismo metodológico. Desse modo, “[...] a lógica, a seriedade, e a coerência na escolha de metodologias e técnicas condizentes com o objeto de estudo são atributos necessários para a obtenção de resultados concisos em estudos de caráter socioambiental” (MENDONÇA, 2001, P. 128).

Ao tratar desta tendência na Geografia, já em 1986, Goodey (1986) *apud* Andrade (1987, p. 112-113) enfatiza que,

os seguidores da nova escola preocupam-se sobretudo com os modelos de investigação geográfica, com a multidisciplinaridade, com a orientação para a política de planejamento e o desejo de produzir estudos geográficos mais integralmente envolvidos na educação ambiental e na interpretação do meio ambiente.

Fica claro, portanto, que diante dos desafios enfrentados na atualidade, que não podemos falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza, haja vista existir uma "problemática interação sociedade-natureza" vivenciada na atualidade (MENDONÇA, 2001, P. 117). E, as discussões engendradas no âmbito do ensino de Geografia, diante desse novo contexto, apresentam-se enriquecedoras no trato da questão ambiental, tendo em vista eliminar a clássica separação dos aspectos da natureza dos sociais e, desse modo, instrumentalizando uma leitura bem mais complexa acerca do meio ambiente e de sua problemática atual. Neste sentido,

A geografia científica, enquanto educadora de ambiente, tem a tarefa de produzir imagens do mundo, de compreender sua organização e de decifrar sua ordem. Nessa perspectiva, ela propõe ser a união das tendências que lhe foram características para enfrentar os complexos problemas do mundo emergente, incluindo-se a superação do muro imposto pela fragmentação do sistema e dos seus vícios aos quais as ciências e o pensamento moderno se encontram embasados.

[...] Cabe ao educador a responsabilidade de observar a natureza socioambiental, de apreender as suas respectivas dinâmicas, bem como, atuar em contextos culturais e ambientais “desconhecidos” para ele possa (sic) construir relações autênticas com o

aluno, a sociedade, a ciência, e os sujeitos. Essa mediação pode começar a partir do lugar no qual se está inserido (OLIVEIRA, FARIAS & SÁ, 2008, P. 119-120).

Esses princípios devem ser orientadores no sentido de conceber ao ensino de Geografia uma Educação Ambiental que constitua, conforme destaca Brasil (2012c) “um elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental”.

Segundo Jacobi (2005, p. 239):

[...] a proliferação de posições sobre a sustentabilidade é um sintoma positivo de dinamismo, já que os debates atuais eram impensáveis há alguns anos. Isto mostra que as mudanças são possíveis, e que a questão da sustentabilidade tem muitas leituras, algumas contraditórias e outras convergentes, apesar de apropriadas de forma diferenciada pelos grupos e pessoas que atuam numa perspectiva de propor uma sustentabilidade articulada a novas realidades materiais e novas posições epistemológicas.

Conforme Moacir Gadotti (2002, p. 37) nos dias atuais a sustentabilidade constituiu-se em um dos temas geradores principais não só do ponto de vista planetário, mas também quando pensamos a educação. Neste, está contido um projeto social global e com capacidade de “reeducar nosso olhar e todos os nossos sentidos, capaz de reacender a esperança num futuro possível, com dignidade, para todos”.

Continuando o autor (op.cit) destaca que: “Os **paradigmas clássicos**, fundados numa visão industrialista predatória, antropocêntrica e desenvolvimentista, estão se esgotando, não dando conta de explicar o momento presente e de responder às necessidades futuras”. Desse modo, “Precisamos de uma “Pedagogia da Terra”, uma pedagogia apropriada para esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à **cultura da sustentabilidade** e da paz” (GADOTTI, 2002, p. 38).

Concordamos com Oliveira (2007, p. 01), quando a mesma destaca que a Educação Ambiental, constitui um dos caminhos possíveis “para se chegar à mudança de hábitos que levem à diminuição da degradação ambiental, promovam a melhoria da qualidade de vida e reduzam a pressão sobre os recursos naturais”.

De acordo com Dias (2003) e Sato (2001), *apud* Abílio, Camarotti e Silva (2010, P. 24):

A incorporação da questão ambiental no cotidiano das pessoas pode propiciar uma nova percepção nas relações entre o ser humano, sociedade e natureza, promover uma reavaliação de valores e atitudes na convivência coletiva e individual, assim como, reformar a necessidade de ser e agir como cidadão na busca de soluções para problemas ambientais locais e nacionais que prejudicam a qualidade de vida.

Medeiros *et al.* (2011, p. 2) enfatiza a necessidade de se trabalhar com o tema, para os autores:

A cada dia que passa a questão ambiental tem sido considerada como um fato que precisa ser trabalhada com toda sociedade e principalmente nas escolas, pois as crianças bem informadas sobre os problemas ambientais vão ser adultas mais preocupadas com o meio ambiente, além do que elas vão ser transmissoras dos conhecimentos que obtiveram na escola sobre as questões ambientais em sua casa, família e vizinhos.

Dentro deste novo contexto, o qual a escola acaba assumindo um papel ainda mais importante de transformação da sociedade, o trabalho do professor acaba sendo preponderante. Na concepção de Santos (2007, p. 10):

A ação direta do professor na sala de aula é uma das formas de levar a Educação Ambiental à comunidade, pois um dos elementos fundamentais no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais é o educador. Este tem o poder de desenvolver, em seus alunos, hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza, transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

Vale salientar que, apesar da Educação Ambiental apresentar-se como uma importante ferramenta para encurtamento da "distância entre discurso, práxis e convergência de esforços e construção de diálogos e diagnósticos que atendam os interesses dos diferentes segmentos da sociedade", ela caminha em ritmo lento no que se refere a promover mudanças nas atitudes e comportamentos humanos para com o meio ambiente (CANDIANI *et al.*, 2004, p. 75).

O professor de Geografia desse modo encontra-se diante de um desafio a ser vencido, buscar estímulo para continuar trabalhando e promovendo ações educativas que quase não se ver um resultado num curto espaço de tempo. Desse modo, a importância de não se trabalhar sozinho, além de estratégica, se comprometida com perspectivas mais abrangentes, como a interdisciplinaridade, possibilitará galgar melhores resultados.

Tem-se em vista, desse modo, que no contexto escolar o meio ambiente deve perpassar "todas as disciplinas, pois a sua compreensão envolve a leitura de vários outros aspectos da sociedade como políticos, históricos, ecológicos etc." cabendo a geografia um papel especial, tendo em vista tratar-se de uma ciência que aborda diversos conteúdos relacionados ao estudo do meio ambiente (PEREIRA, 2012, P. 61).

Segundo Milton Santos (1994, p. 139):

A denominada crise ambiental a que hoje assistimos padece dessa situação e deve suscitar uma revisão das teorias e práticas das diversas disciplinas na medida em que demanda uma análise compreensiva, totalizante, uma análise na qual as pessoas, vindas de horizontes diversos e que trabalhem com a realidade presente, tenham o seu passo acertado através do mundo, através de um legítimo trabalho interdisciplinar.

Para Suertegaray (2003, p. 51) a interdisciplinaridade consiste numa:

[...] prática coletiva [...] e tem como objetivo a busca da compreensão/explicação de um problema formulado pelo conjunto dos investigadores. O trabalho interdisciplinar vai exigir um rompimento com os problemas específicos de cada campo, colocando na pauta da pesquisa questões de estruturação mais complexa.

Entendemos que é esta complexidade que deve ser trilhada para que se possa vislumbrar um entendimento dinâmico do que se colocou aqui como questão ambiental. Como já debatido, as problemáticas socioambientais estão presentes em todos os espaços cujas relações capitalistas de produção impõem suas forças não podendo ser negligenciadas, nem tão pouco tratadas de forma linear e automatizadas.

Diante dos desafios existentes na atualidade, articular Geografia e Educação Ambiental torna-se imprescindível, para a conscientização acerca da importância da defesa da natureza e de melhor qualidade de vida. A mediação realizada pela educação ambiental, neste contexto, possibilita compreender melhor as relações homem-natureza, objetivando a melhoria dos cuidados com o meio ambiente (OLIVEIRA, 2007, P. 31).

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa toma como pressuposto metodológico procedimental o estudo de caso, tendo em vista que o mesmo constituiu a estratégia que melhor respondeu aos objetivos aqui delineados, sendo o estudo de caso:

[...] uma investigação detalhada de uma ou mais organizações, ou grupos dentro de uma organização, com vistas a prover uma análise do contexto e dos processos envolvidos no fenômeno em estudo. O fenômeno não está isolado de seu contexto (como nas pesquisas de laboratório), já que o interesse do pesquisador é justamente essa relação entre o fenômeno e seu contexto (HARTLEY, 1994, *apud* MORESI, 2003, P. 102).

Triviños (1987, p. 134) ao tratar sobre o estudo de caso destaca que o suporte teórico por este apresentado, lhe permite "uma visão sobre o fenômeno em sua evolução e suas relações estruturais fundamentais" servindo de orientação ao trabalho de investigação.

Tem-se em vista ainda, conforme Godoy (1995, p. 26), que:

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real.

Quanto a forma de abordagem este estudo toma como pressuposto a pesquisa qualitativa, segundo a qual "um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte", cabendo ao pesquisador ir a campo em busca de captá-lo "a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas" (GODOY, 1995, p. 21). De acordo com Minayo (2007, p. 22) "a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisados".

Uma das vantagens desse tipo de abordagem está no fato de que a mesma não apresenta uma sequência tão rígida para o seu desenvolvimento quanto a seguida na pesquisa quantitativa, desse modo, "a coleta e a análise dos dados não são divisões estanques. As informações que se recolhem, geralmente, são interpretadas e isto pode originar a exigência de novas buscas de dados" (TRIVIÑOS, 1987, P.131).

Uma vez delimitado o método de abordagem, a busca por técnicas que permitam a coleta e a análise de dados de forma eficiente é outro aspecto necessário. Triviños (1987, p. 337) enfatiza que ambas, coleta e análise de dados, são etapas vitais neste tipo de pesquisa, tendo em vista "a implicância nelas do investigador, que precisam de enfoques aprofundados, tendo presente, porém seu processo unitário, integral".

A ação de coletar trata-se de reunir as informações necessárias para o desenvolvimento dos raciocínios previstos nos objetivos (SANTOS, 2000, p. 74). Neste sentido, a primeira fase percorrida neste estudo compreendeu o levantamento bibliográfico ou pesquisa bibliográfica acerca da temática em questão. Segundo Prestes (2008, p. 26) este tipo de pesquisa visa:

fazer um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhados por outros estudiosos, assimilando-se os conceitos e explorando-se os aspectos já publicados, tornando-se relevante levantar e selecionar conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, videotecas, na internet, entre outras fontes.

Diante deste aspecto, esta pesquisa buscou subsídio em literaturas produzidas em diversos meios, cujas leituras e posterior diálogo entre as mesmas foram imprescindíveis ao desenvolvimento teórico e prático da pesquisa.

A pesquisa *in lócus* demandou a utilização de um conjunto de técnicas cuja utilização se fez necessário tendo em vista abarcar o máximo possível de fatores cuja análise prescindiu. Assim sendo, a observação livre ou assistemática, a análise de documental e a aplicação de um questionário semiestruturado, em Apêndice, constituíram os meios pelos quais foram possíveis estudar os reflexos das políticas públicas de Educação Ambiental nas práticas dos docentes da Escola de Ensino Fundamental e Médio Jornalista José Leal Ramos.

A primeira etapa de coleta de dados junto à escola se deu a partir da análise do Projeto Político Pedagógico da mesma. Buscou-se nesta etapa saber quais eram as concepções e práticas que a Escola tomara para si no tocante a Educação Ambiental.

Concomitantemente se deu a aplicação do questionário para o corpo docente, visando identificar aspectos como formação, práticas e envolvimento dos mesmos em projetos e ações de âmbito local e/ou nacional que dizem respeito a Educação Ambiental, sejam enquanto vivência no contexto das disciplinas que lecionam ou enquanto política institucional.

Dos instrumentos utilizados, a observação assistemática teve importância central no decorrer da pesquisa. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.192), esta técnica "consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas". Os supracitados autores (2003, p. 191) enfatizam ainda que, quando aplicada juntamente com outras técnicas, a observação:

- a) Possibilita meios diretos e satisfatórios para estudar uma ampla variedade de fenômenos.
- b) Exige menos do observador do que as outras técnicas.
- c) Permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas.
- d) Depende menos da introspecção ou da reflexão.
- e) Permite a evidência de dados não constantes do roteiro de entrevistas ou de questionários.

Neste sentido, a observação realizada no dia a dia da escola possibilitou ampliar o nível de análise, tanto do ponto de vista das ações institucionais desenvolvidas, quanto das práticas resultantes e reflexos no meio escolar.

De posse dos dados, a tabulação dos mesmos seguiram os preceitos de Lakatos e Marconi (2003), bem como a sistemática adotada pela análise de conteúdo. A princípio procedeu-se a triagem dos instrumentos utilizados, separando-os de acordo com as discussões suscitadas. Para tanto, recorreu-se ao uso de ferramentas computacionais de elaboração de textos, gráficos e quadros. Posteriormente os demais dados foram organizados de acordo com a inter-relação que apresentavam procedendo-se com a análise a luz das teorias trabalhadas.

Para analisar os dados obtidos, seguiram-se os preceitos de Trujillo (1974, p.178) *apud* Lakatos e Marconi (2003, p.167), segundo o qual a análise constitui a necessidade de serem "estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-feito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc".

Neste sentido, Godoy (1995, p. 27), deixa claro que: "Organizar e analisar todo o material obtido por meio de documentos, observações e entrevistas não é tarefa fácil e exige o domínio de uma metodologia bastante complexa da qual a análise de conteúdo faz parte".

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 223) a análise de conteúdo "permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação". No entanto, cabe destacar que a mera descrição diz muito pouco quanto a caracterização da análise de conteúdo (FRANCO, 2003, p. 21). Segundo Triviños (1987), tomando por base os estudos de Bardin (1977), destaca que a análise de conteúdo se dá basicamente a partir de três etapas, a saber:

- A *pré-análise*, a qual consiste na organização do material, sendo este a reunião de todas as respostas dos sujeitos adquiridas através da aplicação de todos os instrumentos usados na pesquisa;
- A *descrição analítica*, por sua vez, consiste em submeter o material de documentos a um estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos. Busca-se codificar, classificar e categorizar, tendo em vista produzir quadros de referência, constando, por exemplo, pontos de vista dos pesquisados acerca dos diferentes aspectos abordados;
- A *interpretação referencial*, que toma como base os materiais de informação iniciados desde a etapa da pré-análise. "A reflexão, a intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelecem", por exemplo, relações "com a realidade educacional e social ampla, aprofundando as conexões das ideias, chegando, [...] a propostas básicas de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais" (TRIVIÑOS, 1987, p. 162).

Franco (2003, p. 27) destacam ainda que, na análise de conteúdo torna-se indispensável a realização de inferência, a qual "pressupõe a comparação dos dados, obtidos mediante discursos e símbolos, com os pressupostos teóricos de diferentes concepções de mundo, de indivíduo e de sociedade".

Nesse sentido, tendo em vista a análise dos dados, os mesmos foram sistematizados, inicialmente, em quadros ilustrativos, sendo os mesmos imprescindíveis a fase seguinte. Esta, por sua vez, consistiu na categorização dos dados, sendo posteriormente submetidos a análise e interpretação.

2.1. ESPAÇO E SUJEITOS DA PESQUISA

O espaço objeto desta pesquisa trata-se da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista José Leal Ramos que está localizada no município de São João do Cariri – PB, microrregião geográfica do Cariri Oriental Paraibano. Por sua vez, o referido município encontra-se pertencente, pelos critérios de regionalização da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEEPB), a 5ª Gerência Regional de Ensino (5ª GRE), com sede no município de Monteiro, PB (Figura 1).

Figura 1: Localização geográfica da Escola Jornalista José Leal Ramos no Município de São João do Cariri, PB



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito a estrutura e localização da mesma, um fator de destaque é a possibilidade de desenvolvimento de inúmeras atividades voltadas a Educação Ambiental. Estando situada no limite do perímetro urbano do Município, possibilitando o contato de sua clientela tanto com os aspectos urbanos, quanto rurais, podendo ser concebida como um laboratório natural para o estudo de inúmeras questões relacionadas ao meio ambiente. Em suas proximidades encontram-se, os principais corpos d'água do município, a saber: o Açude namorados e o rio Taperoá, cuja presença humana, através da cidade envolta, contribui para a presença de várias problemáticas. Tendo ainda, várias outras questões como a disposição indiscriminada dos resíduos sólidos e líquidos, áreas desmatadas, entre outras (Figura 2).

Figura 2: Fotografias do alto da Escola Jornalista José Leal Ramos mostrando os aspectos ambientais da cidade de São João do Cariri





Fonte: L. G. B. L. Morais (Outubro/2013)

A escola Jornalista José Leal Ramos, tem no seu corpo administrativo 1 diretor, uma vice-diretora e uma secretária escolar, nomeados pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e conta com uma equipe formada por 52 servidores, sendo 30 do quadro de apoio e 24 docentes.

A unidade de ensino oferece a comunidade estudantil do município de São João do Cariri o Ensino Fundamental II, de 6º a 9º anos, o Ensino Médio, de 1º a 3º anos, do ensino regular e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), séries do Ensino Fundamental e Médio, sendo o ensino regular oferecido nos turnos matutino e vespertino e à Educação de Jovens e Adultos no turno noturno.

Tendo por objetivo a obtenção de dados com vista a constituir uma análise acerca do papel exercido pelas políticas públicas de Educação Ambiental nas práticas em Educação Ambiental dos docentes da escola Jornalista José Leal Ramos, foi aplicado aos mesmos um questionário com vista a obtenção de informações que nos guiasse em busca de pistas que nos levasse a lograr êxito em nosso objetivo.

Á medida que as informações foram sendo coletadas houve a necessidade de buscar outras informações cuja análise não poderia deixar de conter. Desse modo, as observações e conversas informais foram instrumentos importantes em nossa caminhada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. OBSERVAÇÃO E ANÁLISE DOCUMENTAL: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA E AS AÇÕES ESTRUTURANTES PARA FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sendo o Projeto Político Pedagógico da escola "um ingrediente do potencial formativo das situações de trabalho" (LIBÂNEO, 2002, P.41), sua análise consiste num importante referencial quanto às diretrizes do trabalho docente no que diz respeito às práticas em Educação Ambiental.

No início do ano letivo de 2013 ocorreu a atualização do Projeto Político Pedagógico da escola Jornalista José Leal Ramos, na qual foram dados importantes encaminhamentos no que diz respeito à Educação Ambiental, demarcando um componente importante no arcabouço construtivo do referido projeto, encontrando-se a Educação Ambiental presente na Missão, Objetivos e Ações propostas.

Consta-se como uma de suas principais missões "Desenvolver habilidades e competências para a preservação do meio ambiente, através da Educação Ambiental", o que demarca que uma das identidades da Comunidade Escolar é o tratamento intraescolar das questões ambientais. A temática volta a se fazer presente como elemento constituinte de um dos seus objetivos específico, no qual se propõe "Estudar a Educação Ambiental de forma interdisciplinar e prática, despertando no aluno a necessidade da preservação do meio ambiente, especialmente do Semiárido". Para tanto, a Educação Ambiental no âmbito da escola encontra-se norteada pela compreensão das questões ambientais "para além das dimensões biológicas, químicas e físicas", pois,

as questões sócio-político-culturais (sic) exigem a formação de uma consciência ambiental e a preparação para o pleno exercício da cidadania, fundamentadas nos conhecimentos prévio dos atores sociais que se utilizam dos ecossistemas do seu entorno, como no nosso caso, o Bioma Caatinga.

Percebe-se desse modo que o referido documento sinaliza para uma ação pedagógica voltada ao tratamento da questão ambiental de forma ampla e que toma como ponto de partida a realidade vivida pelos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, ficando mais evidente em outra passagem do mesmo, ao enfatizar que a relação estabelecida no processo de ensino-aprendizagem constitui a formação necessária para o alunado "perceber o mundo em que vive melhorando assim as suas próprias vidas".

Percebeu-se ainda, a partir da análise do Projeto, que, um grande desafio que demarca as práticas em Educação Ambiental no contexto da escola é a falta de integração entre as

disciplinas, constituindo grande preocupação em seu âmbito, uma vez que, esta atua como "fonte de grandes dificuldades no planejamento e aprendizado dos conteúdos referentes ao **Meio Ambiente e a Educação Ambiental**" e propõe que os docentes, de todos os níveis de ensino oferecidos pela escola, busquem "alternativas e/ou instrumentos para desenvolverem estes conteúdos no cotidiano escolar, com o intuito de promover o aprendizado significativo, assim como contribuir para a formação de cidadãos críticos de sua realidade".

Tendo em vista o desenvolvimento de trabalhos relacionados a Educação Ambiental, alguns docentes propuseram, entre as metas para o ano de 2013, "estimular a comunidade escolar para participar de ações voltadas a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade". Para tanto, estabeleceram como ação a criação e/ou desenvolvimento de projetos voltados à preservação do meio ambiente e valorização de atitudes sustentáveis, ficando bastante evidente nas propostas de trabalho de alguns docentes.

Assim, o Projeto Político Pedagógico da escola contempla várias ações relacionadas ao desenvolvimento da Educação Ambiental a serem desenvolvidas no âmbito de todos os componentes curriculares. No entanto, constata-se que, menos da metade dos docentes, apenas 10, são responsáveis pela autoria das mesmas.

O Quadro 1, toma como base as ações implementadas no Projeto Político Pedagógico da escola e foi elaborado com o intuito de especificar os procedimentos e as temáticas suscitados para o desenvolvimento da Educação Ambiental.

Quadro 1: Ações e temáticas voltadas para o trabalho com Educação Ambiental presente no Projeto Político Pedagógico da escola Jornalista José Leal Ramos

CENÁRIO DAS AÇÕES
<p>Procedimentos suscitados</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Promover a leitura e discussão de textos;➤ Promover debates e/ou palestras;➤ Possibilitar a produção de textos e/ou cartilhas;➤ Exibir filmes e/ou documentários;➤ Realizar aulas de campo;➤ Analisar e discutir músicas que tratam da temática;➤ Realizar oficina;➤ Realizar pesquisas;➤ Promover a apresentação de seminários;➤ Promover gincanas ecológicas;➤ Fazer diagnósticos de programas e projetos em excussão.

Temáticas elencadas

- Material reciclável;
- Resíduos gerados nas cidades;
- Resíduos sólidos;
- Desertificação;
- Doenças ocasionadas pela poluição;
- Reciclagem;
- Desperdício;
- Sustentabilidade;
- Tipos de poluição;
- Aterros sanitários;
- Ecologia.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

É possível perceber que, as práticas voltadas à inclusão da Educação Ambiental por parte de alguns docentes no contexto escolar ora analisado pautam-se em múltiplas possibilidades de abordagem, desde a leitura e discussão de textos, até a realização de aulas que colocam o aluno em contato direto com as problemáticas existentes no espaço local, como é o caso das aulas de campo. Se fazendo presente ainda, o trabalho com outros recursos como os audiovisuais e a realização de oficinas. No entanto, cabe destacar que, grande parte dos procedimentos, encontra-se voltado a situações de aprendizagem que não extrapola os limites da sala de aula, ficando pautado nas discussões.

Diante deste fato, é imprescindível que o professor tenha grande conhecimento sobre as questões ambientais mais relevantes, principalmente, as que tenham repercussão no cotidiano dos discentes. Caso contrário, o que se tomará como Educação Ambiental vai ser um conjunto de conhecimento geral acerca dos problemas ambientais, os quais não vislumbrarão de uma contextualização necessária, principalmente porque a Educação Ambiental necessita ser tomada como um campo político de valores e práticas e não um mero campo teórico. O trabalho de campo, suscitado por alguns professores, dentro de uma perspectiva de integração de áreas do saber, é uma alternativa viável neste processo, tendo em vista que:

ao trabalhar com as observações sensíveis (percepção, sensação, olhar, audição e o odor) do indivíduo, cria condições de despertar o interesse pelo novo saber, ressurgem como uma prática pedagógica, capaz de produzir como consequência (sic) o surgimento de uma pessoa mais comprometida com os ideais coletivos, um cidadão consciente dos seus direitos e deveres, na medida em que, o diálogo entre os campos dos saberes disciplinares cria uma consciência comum que procura compreender os problemas socioambientais dentro de uma perspectiva integrada (FIALHO,?? P. 43).

As temáticas abordadas, por sua vez, denotam questões socioambientais que apresentam grande relevância, não só na escala local, mas também, global. Neste sentido, os temas postos pelos docentes, tais como, desertificação, resíduos sólidos, desperdício,

reciclagem e sustentabilidade estão na pauta de discussões estabelecidas em vários âmbitos da sociedade e prescindem de uma discussão ampla.

Os temas elencados abrem perspectiva para diversas abordagens e possibilidades de trabalhar metodologias eficientes na construção da aprendizagem, sobretudo, no que diz respeito a aspectos da realidade dos alunos, já que estes temas despertam situações de aprendizagens reais, sendo o espaço municipal marcado por várias problemáticas no âmbito desses temas.

A primeira vista percebe-se que as abordagens que tratam da Educação Ambiental contidas no Projeto Político Pedagógico da escola Jornalista José Leal Ramos encontram-se ancoradas em concepções educacionais que se aproximam dos princípios dispostos pela Política Nacional de Educação Ambiental, segundo a qual dispõe em seu Artigo 4º que os princípios básicos da Educação Ambiental são:

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de idéias (sic) e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

A partir do arcabouço teórico-metodológico levantado no Projeto Político Pedagógico podemos conduzir uma abordagem acerca das práticas vivenciadas no contexto escolar ao longo do ano de 2013. Como base para o relato ora tratado, tomemos como base as observações realizadas *in lócus* durante os acontecimentos das mesmas, bem como, registros obtidos juntos aos docentes a partir da aplicação do questionário.

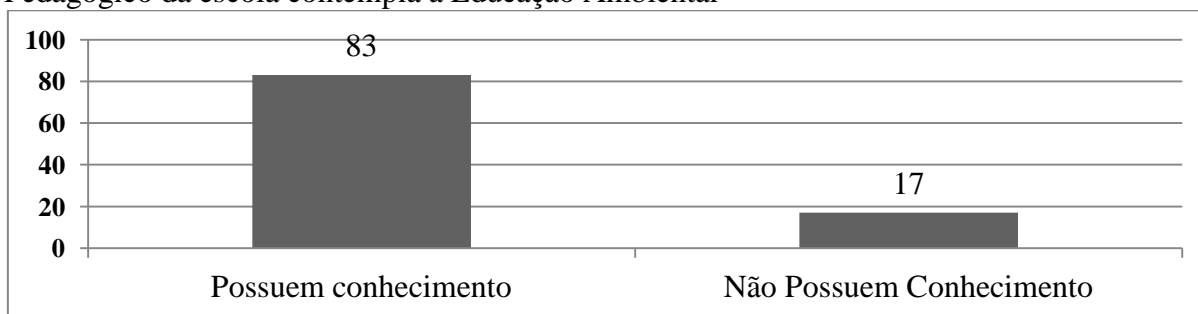
É importante destacar que, a defasagem temporal, entre os fatos ocorridos e a aplicação dos questionários, implicou na perda de alguns relatos importantes, sobretudo por que cinco dos docentes que lecionaram no ano de 2013 não faz mais parte do quadro de profissionais da escola, sendo 3 destes removidos para outra unidade de ensino, 1 se afastado para cursar mestrado e 1 substituído. Por outro lado, a coleta de registros fotográficos e a participação direta em todo o processo de discussão e desenvolvimento dos trabalhos nos últimos 4 anos, abriram possibilidades para que não houvesse maiores prejuízos a análise ora efetuada.

3.2. APLICAÇÃO E ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS: ADENTRANDO NO UNIVERSO DAS PRÁTICAS DOCENTES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A aplicação dos questionários foi um dos recursos metodológicos necessário ao conhecimento mais aprofundado acerca das práticas e concepções dos docentes no que diz respeito a análise de como as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Educação Ambiental têm contribuído para as práticas docentes no contexto escolar. Assim, foram aplicados 24 questionários entre os dias 20 e 25 do mês de Setembro de 2013, servindo os mesmos de base para a análise e discussão das questões que se seguem. No entanto não tratou-se da única metodologia utilizada, conversas informais, documentos disponíveis na escola e, sobretudo, observações *in lócus* constituíram fontes importantes, tanto para obter informações, como subsidiar a análise dos dados obtidos.

Uma das primeiras questões levantadas tratou-se de saber dos docentes se eles tinham conhecimento acerca das ações propostas no Projeto Político Pedagógico para o desenvolvimento da Educação Ambiental no âmbito dos componentes curriculares. A partir das respostas dos mesmos foi possível elaborar o Gráfico 1 contendo as respostas acerca dos mesmos.

Gráfico 1: Distribuição Percentual acerca do conhecimento de que o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a Educação Ambiental

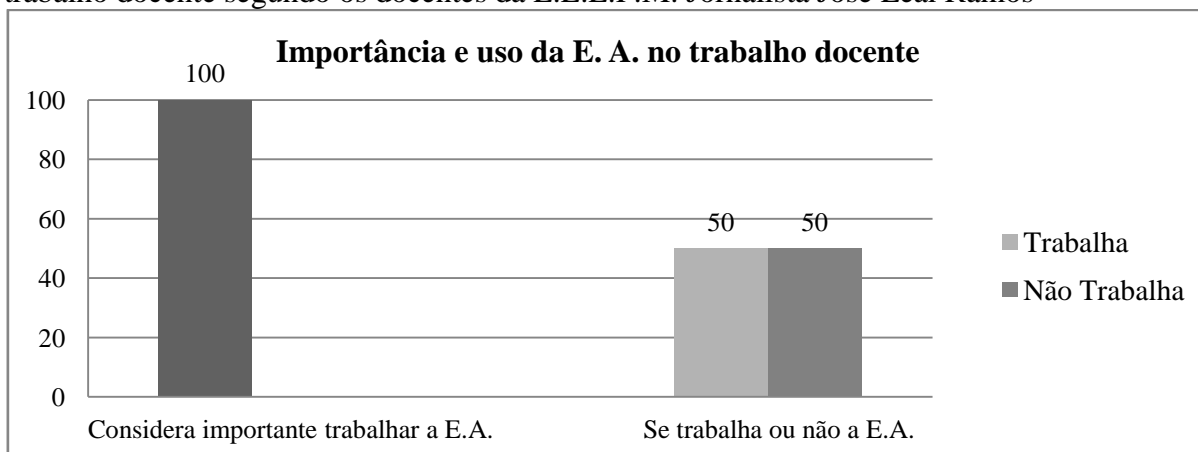


Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

De acordo com os relatos prestados pelos professores, a grande maioria deles sabe informar que o Projeto Político Pedagógico contempla a Educação Ambiental em suas ações e objetivos, 83% destes. Quanto aos que não têm conhecimento, cerca de 17%, justificam não ter conhecimento, por estarem entrando na escola este ano ou não terem tido contato com o Projeto Político Pedagógico.

Quando perguntados se era importante trabalhar a Educação Ambiental no âmbito de suas disciplinas, todos afirmaram que Sim. Já no que diz respeito a fazerem uso da mesma, os resultados ficam bem abaixo do que se toma como satisfatório para que a Educação Ambiental se torne uma prática vivenciada cotidianamente no espaço escolar. Os resultados acerca dessas questões encontram-se no Gráfico 2.

Gráfico 2. Distribuição percentual acerca da importância e do uso da Educação Ambiental no trabalho docente segundo os docentes da E.E.E.F.M. Jornalista José Leal Ramos



Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Conforme mostra o Gráfico 2, apesar de todos os professores afirmarem que é importante trabalhar a Educação Ambiental no âmbito de suas disciplinas, apenas 50% deles trabalham a mesma com seus alunos. Portanto, estas respostas sinalizam que entre os discursos acerca da Educação Ambiental e a prática com a mesma ainda existe um abismo que se torna necessário romper.

Nossa pesquisa buscou ainda saber dos pesquisados porque eles consideram importante trabalhar a Educação Ambiental. A partir das respostas construímos o Quadro 2 que expressa as principais opiniões emitidas.

Quadro 2. Respostas dos docentes quando indagados porque consideravam importante trabalhar a Educação Ambiental no âmbito da disciplina a qual lecionavam

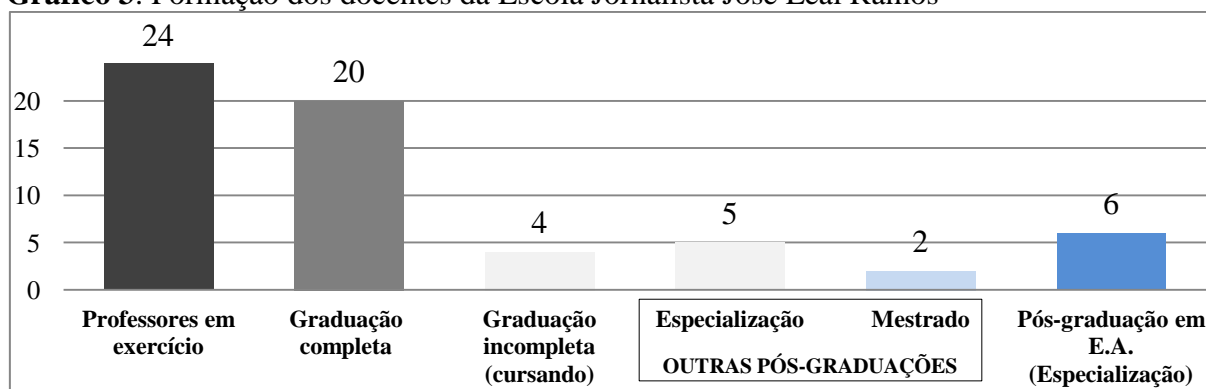
Categorias	Razões explicitadas
Fazem uso da Educação Ambiental em suas práticas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Para que tudo o que foi visto em sala de aula pelo aluno por exemplo seja utilizado de forma prática para solucionar as principais situações problemas do meio ambiente; ➤ Esclarecimentos/sugestões/críticas no tocante às práticas sustentáveis ou não; ➤ As questões ambientais não podem ser desconsideradas; ➤ Nós educadores precisamos desempenhar um importante papel, o de desenvolver ações que possibilitem discutir temas relevantes para a boa vida no planeta e com isso ajuda a transformar a escola em exemplo de sustentabilidade e trabalho.
Não fazem uso da Educação Ambiental em suas práticas	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Educação Ambiental é algo que deve ser sempre trabalhada com alunos, independente da disciplina ou área de conhecimento; ➤ Todos temos que abordar os temas que nos leva um conhecimento para podermos aprender a lidar com o meio ambiente que vivemos e temos que proteger; ➤ Porque contribui para a formação integral do aluno.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Fica nítido que, tanto os professores que dizem fazer uso da Educação Ambiental em sua prática, quanto os que admitem que não a utiliza, apresentam argumentações semelhantes quando indagados do porque que consideram importante que a Educação Ambiental seja trabalhada no âmbito da disciplina a qual leciona, embora que, quando se trata de falar com os docentes sobre a promoção da Educação Ambiental, torna-se quase que um chavão dizer que, a mesma "deve ser trabalhada independente da disciplina ou área de conhecimento". Isto se dá basicamente pela difusão em meio aos professores da lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual consta no Artigo 2º que "a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal"(BRASIL, 1999), o que se trata de um sintoma positivo, pois mostram conhecer, ao menos um pouco a referida política. No entanto, se faz importante destacar que, de nada serve se as concepções e proposições postas na lei não sejam exercitadas de fato.

Para tanto se faz necessário o empenho dos profissionais com formação específica na área, tendo em vista que estes podem exercer um papel importante no direcionamento de ações voltadas ao fortalecimento da Educação Ambiental na escola. O Gráfico 3 mostra que parte dos docentes em exercício na escola possuem pós-graduação na área ambiental.

Gráfico 3: Formação dos docentes da Escola Jornalista José Leal Ramos



Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Conforme mostra o Gráfico 3, do total de docentes em exercício na escola, 25% deles, possuem especialização em Educação Ambiental. Estes docentes obtiveram o grau de especialistas através do Curso de Especialização em Educação Ambiental para o Semiárido que foi ofertado pela UFPB no ano de 2011, a qual abriu vagas para professores que estavam em exercício em escolas públicas da microrregião do Cariri Paraibano, tendo duração de um ano e meio, com aulas na própria unidade de ensino.

Outro ponto suscitado na pesquisa foi quanto à frequência com que os docentes fazem uso da Educação Ambiental em suas práticas. O Quadro 3 apresenta alguns relatos feitos por alguns professores acerca desta questão e nos auxilia um pouco na compreensão de como se dão as práticas em Educação Ambiental no âmbito da escola pesquisada.

Quadro 3. Relatos dos docentes acerca da frequência com que fazem uso da Educação Ambiental em suas práticas

Relatos explicitados
<ul style="list-style-type: none">➤ Ações em aulas práticas como plantação de mudas arbóreas exóticas e endêmicas em ruas de nossa cidade;➤ Trabalho com projetos que contemplam economia e sustentabilidade pelo menos duas semanas de cada mês;➤ A disciplina que leciono é privilegiada, pois boa parte dos conteúdos, abrem brechas para a discussão dos problemas e das práticas ambientais. Logo faço uso da E.A. com muita frequência;➤ As atividades desenvolvidas privilegiam, de maneira permanente, propostas de trabalho voltados para Educação Ambiental, sendo esta abordada de diferentes formas;➤ Como a disciplina dó atual com uma hora/aula semanal, não há como trabalhar com a temática citada mais do que por um bimestre, tendo em vista o cumprimento do conteúdo programático e os demais temas transversais.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

De acordo com os relatos coletados, existe uma diversificação quanto à frequência que os docentes trabalham a Educação Ambiental, tendo em vista que, pelas falas explicitadas, uns trabalham em momentos pontuais, vistos em relatos, como "em aulas práticas como plantação de mudas" ou em "não há como trabalhar com a temática citada mais do que por um bimestre". Enquanto outros, buscam desenvolver a Educação Ambiental em suas práticas de modo contínuo a partir dos próprios arcabouços teóricos e práticos contidos nos componentes curriculares que ministram, são assim afirmativas como, "boa parte dos conteúdos, abrem brechas para a discussão dos problemas e das práticas ambientais" e "as atividades desenvolvidas privilegiam, de maneira permanente, propostas de trabalho voltadas para Educação Ambiental, sendo esta abordada de diferentes formas", estando estes últimos adotando práticas que possibilitam uma vivência maior com a Educação Ambiental.

Concluída a etapa inicial de diagnóstico acerca das condições geradoras das práticas em Educação Ambiental, o próximo passo diz respeito à análise das situações vivenciadas ao longo do ano letivo de 2013, as quais, conforme os relatos apresentados tiveram grande contribuição das ações desenvolvidas pelo Órgão Gestor nacional de Educação Ambiental por meio da realização da IV Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Os relatos de experiências vivenciadas pelos docentes, nesse sentido, trata-se de algo importante no tocante a análise aqui estabelecida. Para tanto, buscou-se saber quais foram as vivências que os docentes tiveram ou quais estariam presenciando atualmente no concernente

a Educação Ambiental. No Quadro 4, alguns desses relatos foram expostos afim de podermos tecer algumas análises acerca dos mesmos.

Quadro 4. Relatos de experiências vividas pelos docentes com trabalhos em Educação Ambiental

Experiências explicitadas pelos docentes
<ul style="list-style-type: none">➤ Já trabalhei algo sobre a questão ética nos processos ambientais e a questão do consumo e uma questão antropológica relacionada ao cuidado com a natureza;➤ A experiência foi ótima. O aluno se sente mais a vontade de se expressar, de criar, ler, etc. sem contar que quando o tema educação ambiental é posto em prática ele desperta um melhor desempenho quando associado ao conteúdo vivido em sala o aluno ele se torna curioso, pesquisador e mais interessado pela temática;➤ Em 2013 desenvolvi junto com os discentes do 8º e 9º anos um projeto sobre a questão dos recursos hídricos, escassez e problemas frequentes a água. Já em 2014, desenvolvi um mine-projeto sobre problemas socioambientais com discentes do 2º ano "B". Em ambos os projetos foram destacados uma grande preocupação por parte dos discentes e posicionamentos críticos a respeito das temáticas.➤ O projeto "Vamos Compartilhar Ideias Sustentáveis" que foi executado em duas turmas do Ensino Médio em 2013 e teve como proposta realizar uma prática de leitura e produção textual reflexiva seguida de uma seleção de textos acerca da questão: "Como a comunidade e a escola podem compartilhar conhecimentos para a construção de um ambiente sustentável?" Esse projeto contribui para a promoção do debate sobre práticas sustentáveis articuladas de forma coletiva no ambiente escolar, aprimorou o processo de escrita dos discentes. O resultado deste projeto foi bastante satisfatório. Vale dizer que houve uma premiação e divulgação das melhores produções dos alunos as quais foram apresentadas no dia da Conferência de Meio Ambiente Escolar.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Conforme o exposto, alguns trabalhos desenvolvidos possibilitaram entusiasmos aos docentes tendo em vista que os alunos demonstraram envolvimento com as temáticas trabalhadas, bem como, se mostraram importantes no processo de aprendizagem dos mesmos, pois, como foi colocado, "O aluno se sente mais a vontade de se expressar, de criar, ler, [...] ele se torna curioso, pesquisador e mais interessado pela temática", "foram destacados uma grande preocupação por parte dos discentes e posicionamentos críticos a respeito das temáticas" e, ainda "[...] contribui para a promoção do debate sobre práticas sustentáveis articuladas de forma coletiva no ambiente escolar...". É importante destacar que, nos três últimos casos relatados, o trabalho com aspectos da realidade dos alunos assumiram importante destaque nas práticas vivenciadas.

Trabalhar com estes aspectos torna-se imprescindível diante do fato de que as práticas vivenciadas em Educação Ambiental suscitam a aplicação dos conhecimentos apreendidos no dia a dia dos educandos, pois, tem-se em vista que, "a Educação Ambiental vem contribuir em um processo interativo, participativo e crítico, para o surgimento de uma nova ética social. Esta nova ética está vinculada e condicionada à mudança de valores, atitudes e práticas individuais e coletivas" (LEÃO & SILVA, 1999, P. 27). Dessa forma, se as situações

vivenciadas não puderem ser contextualizadas de modo que os alunos possam refletir sobre sua condição enquanto membro de uma comunidade e parte integrante da natureza para, a partir de então, estabelecer relações mais saudáveis no âmbito das mesmas, vai ser perca de tempo estabelecer qualquer diálogo que tenha como fio condutor a Educação Ambiental.

Quanto às dificuldades elencadas por parte dos docentes no que diz respeito ao desenvolvimento desses trabalhos com a Educação Ambiental, o Quadro 5 apresentam os principais resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários.

Quadro 5. Principais dificuldades elencadas por parte dos professores ao trabalhar a Educação Ambiental

Dificuldades explicitadas
<ul style="list-style-type: none">➤ Trabalhar teoria e prática de forma interdisciplinar;➤ A falta de interesse por parte da escola, principalmente o corpo docente por parte de alguns professores que sempre colocam as mesmas dificuldades: não é minha área, trabalhar temas transversais de forma interdisciplinar é complicado.➤ Um dos poucos empecilhos é quando se vai discutir os problemas de outros lugares que não são do convívio dos discentes. Querem discutir, na maior parte das aulas, as questões/aspectos que dizem respeito a sua cidade e/ou estado;➤ Uma das possibilidades de trabalhar com essa temática ambiental está relacionada à falta de uma prática educativa e interdisciplinar envolvendo todos os componentes curriculares, uma vez que este conteúdo articula diferentes áreas do conhecimento, proporcionando uma articulação entre saberes, porém na prática não acontece tal integração e isso limita o trabalho há poucas iniciativas pedagógicas;➤ A principal dificuldade é que não há trabalho em conjunto entre os professores;

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Diante da leitura do Quadro 5 é possível notar que as dificuldades que se sobressaem tiveram relacionadas a falta de um trabalho sistematizado que envolvesse um planejamento coletivo com ações compartilhadas entre os docentes. Outras dificuldades como, a falta de interesse por parte alguns docentes e se discutir problemáticas que não sejam do cotidiano do aluno aparecem com menor expressividade.

Neste contexto, é importante ressaltar que a Política Nacional de Educação Ambiental estabelece como um dos princípios básicos, no seu Artigo 4º "o pluralismo de idéias (sic) e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade", bem como, "a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais" (BRASIL, 1999).

Tendo em vista as dificuldades encontradas, torna-se evidente que existe deficiência na formação de alguns docentes no que diz respeito ao desenvolvimento de habilidades em promover a Educação Ambiental de forma articulada a sua área de conhecimento, bem como, com as demais áreas, tendo em vista um trabalho mais eficaz. Isto suscita, ao mesmo tempo, a

necessidade de maior investimento, por parte das secretarias e órgãos competentes, na formação desses profissionais.

Por outro lado, a situação parece um pouco mais complexa. Como visto, existe na unidade de ensino um número considerável de docentes com curso de formação específica em Educação Ambiental, mesmo assim, o envolvimento desses em ações voltadas a fazer da Educação Ambiental uma prática contínua ainda não é o desejado. No entanto, não podemos relegar apenas aos profissionais o insucesso neste percurso, é fato que ainda continua sendo muito aquém a formação de docente para trabalhar a Educação Ambiental nas escolas.

Ainda no que diz respeito as dificuldades encontradas no percurso do trabalho docente com a Educação Ambiental, os relatos acerca da ausência de um trabalho articulado entre os estes, expresso por meio de um planejamento sistemático, encontra-se relatados no Quadro 6.

Quadro 6: Relato dos docentes acerca da existência ou não de planejamento sistemático para se trabalhar a Educação Ambiental

Relatos expressos
<ul style="list-style-type: none">➤ Praticamente não existe, só 3 ou 4 se interessam em desenvolver algo de diferente sobre educação ambiental e planejar os demais não querem, e a gestão não cobra;➤ Não percebo esse envolvimento de todas as áreas do conhecimento, no planejamento de atividade sobre esse e nem sobre outros temas;➤ Nunca participei das aulas departamentais, porém, sempre que possível, tento me entrosar/discutir com algum professor práticas interdisciplinares. Atualmente estou trabalhando com o professor [...] o tema práticas sustentáveis e fontes de energia com os discentes do 2º e 3º anos do Ens. Médio;➤ No ano letivo de 2013 a Escola Jornalista passou por uma gestão que fez toda a diferença no tocante a questão de planejamento de projeto, sobretudo os que envolvem temáticas da Educação Ambiental. Eram realizadas reuniões pedagógicas de forma contínua, o que proporcionou uma discussão aprofundada acerca do tema bem como o conhecimento de programas educativos, a exemplo da IV Conferência Infanto-juvenil de Meio Ambiente;➤ Participei dos trabalhos da IV Conferência Infanto-juvenil do Meio Ambiente e foi legal, pois trabalhamos em conjunto de forma interdisciplinar.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Percebe-se diante da leitura do Quadro 6 que as ações em conjunto para desenvolvimento da Educação Ambiental na esfera da escola ora analisada, atualmente não vêm sendo exercitadas conforme se é desejado. As colocações dos docentes remetem a falta de interesse por parte dos docentes, falta de cobrança por parte da gestão e a ausência dos docentes em momentos que se deveria ser dedicados ao planejamento. As ações quando existem, se dão por iniciativas individuais.

Fica um registro importante diante deste fato, que estes problemas afetam não só o desenvolvimento das propostas de trabalho com a Educação Ambiental, mas também, todo um trabalho docente, haja vista que um trabalho coletivo e sistemático faz toda a diferença quando na busca por uma educação de qualidade.

No entanto alguns docentes colocam que, durante o ano de 2013 houve um direcionamento maior por parte da gestão para a realização de planejamentos coletivos envolvendo os docentes, sobretudo motivados pela realização da IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, os quais vislumbraram alguns trabalhos que envolveram professores de diferentes componentes curriculares.

No ano de 2013 com o advento da IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, promovida pelo Órgão Gestor nacional - MEC/MMA, as escolas do Brasil todo foram convidadas a participar da mesma. O primeiro passo a ser dado pelas escolas era a realização da etapa escolar da conferência, que tratava-se da Conferência Escolar de Meio Ambiente.

Foi durante a etapa preparatória para a Conferência Escolar, que a equipe gestora da Escola Jornalista José Leal Ramos promoveu vários encontros com o intuito de se planejar a elaboração dos projetos de ação a serem desenvolvidos e apresentados no dia da Conferência Escolar.

A Conferência Escolar é definida por Brasil (2012b, p.07), como sendo,

o momento mais rico do processo, pois permite à comunidade escolar (estudantes de todos os turnos, professores, funcionários e representantes da comunidade):

- a) Conhecer e debater o tema proposto e suas relações com as questões ambientais locais e globais.
- b) Pensar sobre os desafios de transformar a escola em um espaço educador sustentável.
- c) Reconhecer as questões socioambientais no território da escola, valorizando os diversos saberes e olhares sobre a realidade onde a escola está inserida.
- d) Criar e fortalecer a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida) como espaço de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais.
- e) Buscar soluções locais para melhorar o espaço, a gestão e o currículo da escola e sistematizar esses conhecimentos em um material de educomunicação (vídeo, cartilha, manual, jogo cooperativo, uma campanha, spot de rádio, entre outros).
- f) Planejar e inserir no Projeto Político-Pedagógico (PPP) ações que contribuam para melhorar a qualidade de vida na escola e na comunidade e propiciem mudanças rumo à construção de escolas sustentáveis.

Tendo em vista analisar o desenvolvimento dos trabalhos em Educação Ambiental realizados pelos docentes durante a fase de preparação para a Conferência Escolar de Meio Ambiente, a primeira das etapas para a participação da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente realizada pelo Órgão Gestor, questionou-se os docentes acerca de como se deu o desenvolvimento dos trabalhos voltados a Educação Ambiental com vista a realização da conferência etapa escolar. Tomando por base as respostas dos docentes foi elaborado o Quadro 7 que contém alguns relatos acerca dos trabalhos desenvolvidos.

Quadro 7: Respostas dos docentes acerca de como foi o desenvolvimento dos trabalhos para realização da Conferência Escolar por parte da escola e no âmbito de suas disciplinas

Respostas explicitadas
<ul style="list-style-type: none">➤ A escola abraçou a proposta tendo em vista a sua importância tanto no lado da conscientização quanto no lado de algumas ações realizadas na escola envolvendo a temática sustentabilidade foram trabalhados temas envolvendo quatro esferas: Água, Terra, Fogo e Ar. Já na minha disciplina englobei o tema fogo com o projeto de economia de energia, trabalhado com monitoramento, pesquisas, ações, etc.;➤ Por parte da escola ocorreram encontros e discussões com a gestão e com os professores. Foram desenvolvidos projetos por quase todos os professores direcionados com a proposta da conferência.➤ Na disciplina que leciono, foi desenvolvido um projeto intitulado "minha água (...) nossa vida" tendo como objetivo principal a conscientização mais o desenvolvimento de práticas que reduzissem o consumo de água por parte da comunidade escolar;➤ A Gestão Escolar apresentou o programa e encorajou toda a comunidade escolar a participar. Para tanto, houve planejamento e orientações para a construção de projetos interdisciplinares acerca da temática proposta pela conferência. Os projetos foram produzidos seguindo os eixos temáticos: Água, Terra, Fogo e Ar. No âmbito da disciplina [...] além do concurso de redação [...], foi realizado um trabalho intitulado "Teatro Negro: sustentabilidade em cena", que objetivou a partir da linguagem musical e teatral sensibilizar ações sustentáveis.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Como visto, a equipe gestora realizou uma série de encontros com os docentes, dando encaminhamentos e orientações acerca da elaboração dos projetos a serem realizados por eles no âmbito das disciplinas em que lecionavam. Tem-se em vista que estes encontros, mais do que orientações e encaminhamentos, possibilitaram o contato e discussão envolvendo docentes de diferentes componentes curriculares, o que vislumbrou o surgimento de ideias a serem desenvolvidas em conjunto. Durante o período de discussão das propostas foram repassados materiais de apoio disponibilizados pelo MEC para subsidiar o trabalho dos docentes, constando as seguintes publicações:

1. Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: livro temático que discute como a escola pode construir o seu projeto de sustentabilidade.

2. Cadernos intitulados Mudanças Ambientais Globais: pensar + agir na escola e na comunidade: é composto por (04) publicações, **Água, Ar, Fogo e Terra** que trazem conceitos-chave, informações e sugestões de atividades relevantes para auxiliar as escolas no aprofundamento da temática Escolas sustentáveis.

3. Formando Com-Vida -Construindo Agenda 21 na Escola: livro que trata de apresentar a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-Vida.

Como a escola ainda não disponibilizava dos materiais impressos fez-se o envio dos mesmos para os e-mails dos professores. A partir destas publicações, os docentes tiveram um embasamento maior para construção dos seus projetos.

Faz-se necessário destacar que, até a realização da Conferência Escolar, como reflexo da IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, ocorrida no ano de 2013, grande parte dos docentes desconheciam as ações desenvolvidas pelo Órgão Gestor nacional no sentido de fortalecer as ações voltadas para o desenvolvimento da Educação Ambiental no ensino básico, constituindo estas um aspecto muito positivo no sentido de incentivar práticas pedagógicas em Educação Ambiental.

Após uma série de discussões ocorridas entre docentes e a equipe gestora, sugeriram vários projetos de ação visando trabalhar a Educação Ambiental no âmbito de todos os níveis de ensino. Os principais projetos desenvolvidos encontram-se a seguir:

I - O projeto "**Vamos compartilhar ideias sustentáveis**": os alunos envolvidos no projeto desenvolveram textos reflexivos e Histórias em Quadrinho sobre Sustentabilidade, contribuindo para a promoção do debate sobre práticas sustentáveis no ambiente escolar.

II - O projeto "**Educação Consciente: As TICs, a Sustentabilidade e o Meio Ambiente**": visou, a partir da pesquisa de campo, leituras, discussão e produção de textos e vídeos, trabalhos em grupo e da criação de um blog, proporcionar a reflexão sobre o tema sustentabilidade.

III - O projeto "**O Meio Ambiente e suas ramificações: uma Terra Saudável**": trabalhou a leitura e escrita da língua espanhola a partir de recursos como músicas e vídeos educativos que trazem temáticas ambientais, com foco na sustentabilidade.

IV - O projeto "**Uso Consciente da Água: construindo um planeta sustentável**": utilizou os conhecimentos da matemática para discutir temas como contaminação do solo e dos recursos hídricos causados pelo uso de agrotóxicos e o consumo racional da água no Município.

V - O projeto "**CLAREIE AS IDEIAS: use a energia com racionalidade para um mundo sustentável**": como o próprio nome sugere, promoveu a discussão acerca do uso racional de energia por parte da comunidade escolar. Por meio do projeto os alunos envolvidos monitoraram os gastos de energia da Escola semanalmente, bem como, relataram os principais problemas de mau uso da energia elétrica. O projeto contou ainda com uma campanha nos setores da escola para uso racional e sustentável da energia elétrica.

VI - O projeto "**Ação com(ns)ciência por um planeta sustentável**": discute a eficiência energética como alternativa econômica e ambientalmente sustentável. Além dos temas que foram trabalhados em sala de aula, os alunos tiveram acesso a textos que tratavam a temática em um blog criado com essa finalidade.

VII - O projeto "**Minha água (...) nossa vida**": trabalhou com os discentes a conscientização acerca do uso dos recursos hídricos. Ao mesmo tempo, os alunos tornaram-se monitoradores

dos gastos de água da escola e de suas residências. Apresentando relatório dos gastos e negligências ocorridas.

VIII - O projeto "**Plástico: resíduo prejudicial ao meio ambiente**": discutiu os malefícios das sacolas plásticas ao meio ambiente e propôs alternativas sustentáveis para livrar o meio ambiente das sacolas plásticas.

IX - O projeto "**Saúde verde na escola**": visou confeccionar hortas para produzir gêneros para implementar a merenda escolar. Os alunos construíram canteiros e fizeram o plantio de sementes de Coentro, alface, tomate e salsa. Os mesmos foram responsáveis, mediante a instrução do professor, por fazerem as regas diárias, os tratos culturais, limpeza dos canteiros, cuidar do solo e do desenvolvimento das plantas. Junto à horta, foi construída uma composteira, onde foram aproveitados todos os resíduos produzidos na escola para gerar a adubação orgânica dos canteiros.

X - O projeto "**Reurbanização do Espaço Escolar**": consistiu em transformar o ambiente escolar, criando espaços verdes a partir do uso das artes, reaproveitando materiais para confeccionar jarros, quadros, mandalas e demais elementos que suscitam a sustentabilidade.

Diante do exposto, percebe-se que, a partir dos trabalhos desenvolvidos tendo em vista a realização da Conferência Escolar de Meio Ambiente houve um envolvimento maior por parte dos docentes no que trata em colocar em prática a Educação Ambiental. Os projetos desenvolvidos pautaram-se em fazer uma discussão ampla acerca das problemáticas ambientais existentes em todas as escalas, conforme expresso no Quadro 8.

Quadro 8: Problemáticas ambientais exploradas nos projetos de ação executados pelos professores da Escola Jornalista José Leal Ramos

Relatos explicitados
<ul style="list-style-type: none">➤ Foram adotadas ações de conscientização do alunado e funcionários em geral da escola e da própria sociedade em adotar práticas que diminuíssem o consumo de energia dentro e fora da escola, adotando um monitoramento periódico do relógio fazendo comparações depois colocando placas de aviso com frases que chamem a atenção quanto a importância de economizar, desligar, etc. depois uma campanha de conscientização com panfletagem dentro da escola com os alunos, etc.;➤ Como o projeto visava o consumo consciente dos recursos hídricos, foram relacionados levantamentos de pontos de água na escola, horários que mais se consumia água, medições no hidrômetro para saber qual turno gastava mais água e por quais motivos. Pesquisa com professores e com a comunidade escolar (alunos/moradores da zona urbana de São João do Cariri - PB), aplicação de entrevistas com comerciantes e produção de cartazes, estes foram fixados em escolas e estabelecimentos comerciais;➤ As oficinas do projeto "Vamos compartilhar ideias sustentáveis" teve como ponto de partida uma atividade diagnóstica com alunado acerca dos seus conhecimentos prévios sobre meio Ambiente e Sustentabilidade. Em seguida, foram promovidas atividades grupais, leituras compartilhadas, debates e apresentação orais (seminários) acerca dos desafios de se conviver com um ambiente sustentável tanto no âmbito global quanto local. As redações produzidas revelaram opiniões posicionamentos críticos em relação às questões que

envolvem ações efetivas em articulação com a comunidade para construção de um espaço ambiental mais agradável e menos poluente. Essa experiência de trabalho possibilitou aos educandos estreitar os vínculos com a comunidade local e aprofundou o conhecimento sobre a realidade, o que colabora o desenvolvimento de sua cidadania;

➤ Através, principalmente de relatos dos alunos e fotos ou vídeos em que foram pedidos para que os alunos apresentassem os principais problemas ambientais de nosso município.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

As questões ambientais de âmbito municipal e escolar foram as que mais se fizeram presentes no enfoque dos projetos tratados. A maioria dos projetos, ancorados nos temas Fogo, Terra, Água e Ar, trataram de problemáticas como: escassez, poluição e uso racional da água, manejo sustentável do solo, agricultura orgânica, geração de energias alternativas e economia energética, geração e reaproveitamento dos resíduos sólidos, entre outros.

Fez-se importante nesse sentido, o envolvimento de grande parte dos componentes curriculares nas discussões das propostas, bem como dos demais membros da comunidade escolar que deram sua colaboração para que os projetos pudessem ser realizados. O Quadro 9 trata a esse respeito.

Quadro 9: Envolvimento dos diferentes setores da escola (gestão, professores, funcionários, alunos, familiares e demais membros da comunidade escolar)

Relatos explicitados
<p>➤ O envolvimento de diferentes atores se deu através de reuniões a fim de integrar toda a comunidade escolar;</p> <p>➤ A gestão deu suporte e apoio para a realização. Os professores se mostraram importantes para o desenvolvimento;</p> <p>➤ Gestão, professores, funcionários e comunidade escolar abraçaram o projeto deram sugestões que foram significativas para sua continuidade. Já os alunos envolvidos desempenharam com louvor as atribuições a eles direcionadas;</p> <p>➤ A Gestão participou de forma assídua de todas as atividades da Conferência, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas.</p>

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Diante dos relatos apresentados percebe-se que houve uma participação maior dos setores da escola para a efetivação dos projetos pedagógicos, ficando claro que, Gestores, docentes, alunos, pessoal de apoio e membros da comunidade local, reunidos podem exercer um papel importante na construção da cidadania ambiental e de um espaço escolar profícuo na construção de uma escola sustentável.

Como visto a culminância dos referidos projetos se deu na Conferência de Meio Ambiente na Escola, que foi realizada no dia 17 de Agosto de 2013, havendo uma grande participação em suas ações estruturantes dos segmentos da comunidade escolar. Neste sentido, foram discutidos temas importantes relacionados ao meio ambiente, entre eles, os desafios de transformar a escola em um espaço educador sustentável. Este foi o momento de socialização dos projetos de ação desenvolvidos pelos discentes, bem como, de debate e

escolha da melhor proposta para representar a escola nas demais etapas que antecedeu a IV Conferência Infento-Juvenil pelo Meio Ambiente.

A apresentação dos projetos foi aberta a participação da comunidade local, bem como, contou com a participação de autoridades ligadas ao poder público e secretarias do Município. Nas salas reservadas para apresentação das propostas, professores, alunos e convidados discutiram acerca das temáticas suscitadas e, ainda, foram discutidas sugestões para implementação dos projetos (Figura 3).

Figura 3: Apresentações dos projetos de ação desenvolvidos por professores e alunos durante a Conferência escolar



Fonte: Acervo da escola José Leal Ramos (Agosto/2013)

Ao longo da apresentação dos projetos, uma comissão constituída pela equipe pedagógica da escola foi promovendo a avaliação dos mesmos tendo em vista a escolha do que melhor propusesse ideias para a transformação da escola em um espaço educador sustentável e, que pudesse ser escrito para representar a escola na Conferência Estadual.

A eleição do Delegado e do Suplente para representar a escola na etapa seguinte (Figura 4), por sua vez, se deu através da votação pelos próprios alunos e seguiu as orientações, do Órgão Gestor nacional, obedecendo aos seguintes critérios:

- 1 - Estar matriculado em uma turma de 6º a 9º ano (5ª a 8ª série) do ensino fundamental;
- 2 - Ter entre 11 e 14 anos (no período da Conferência Nacional – 25 a 29 de NOV);
- 3 - Ter participado de maneira significativa no processo da conferência, na construção do projeto e na formação e fortalecimento da Com-Vida.
- 4 - Gostar de debates sobre o meio ambiente;
- 5 - Comunicar-se bem e com clareza (BRASIL, 2012b, P.30).

Figura 4: Escolha do Delegado e Suplente para representar a escola na etapa estadual da Conferência



Fonte: Acervo da escola (Agosto/ 2013)

Os trabalhos envolvendo os aspectos ambientais, com grande parte desse viés para a sustentabilidade, permitiram o amadurecimento suficiente para que o projeto intitulado “CLAREIE AS IDEIAS: use a energia com racionalidade para um mundo sustentável” (Anexo 01) fosse selecionado entre os 83 melhores projetos elaborados por escolas públicas e privadas da Paraíba para participar da etapa estadual (Figura 5).

Figura 5: Representantes das escolas selecionadas na fase estadual participam da Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - João Pessoa, PB



Fonte: Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEEPB (Novembro/2013)

Durante a Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente o Projeto de Ação desenvolvido na escola ficou com o primeiro lugar dos que concorriam na temática Fogo e com o primeiro lugar geral, atingindo maior média entre os projetos selecionados, o que possibilitou ao professor líder do projeto e a aluna escolhida como Delegada da Conferência Escolar a representarem a escola na IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - CNIJMA (Figura 6, 7 e 8).

Figura 6: Alunos representantes (Delegados) das escolas paraibanas que tiveram seus Projetos de Ação selecionados para a IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente



Fonte: Gerência Operacional de Integração Escola Comunidade - GOIESC/ Coletivo Jovem de Meio Ambiente, PB - CJ (Novembro/2013)

Figura 7: Materiais usados para a divulgação do Projeto de Ação e os resultados da participação da Escola na Conferência Estadual Infantojuvenil pelo Meio Ambiente



Fonte: L.G.B.L. Morais (Novembro/2013) **Fonte:** P. F. Sousa (Novembro/2013)

Figura 8: Participação da Escola na IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente - Luziânia, GO





Fonte: Coletivo Jovem de Meio Ambiente, PB - CJ/ Ministério do Meio Ambiente - MMA (Novembro/2013)

A avaliação dos docentes acerca do momento vivenciado na escola, expressa no quadro 10, demonstra o quanto que foi importante a Conferência Escolar de Meio Ambiente para o exercício da Educação Ambiental no âmbito escolar.

Quadro 10: Avaliação dos docentes acerca da Conferência Escolar

Relatos explicitados
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Extremamente importante/significativo, pois, os discentes perceberam, múltiplas funcionalidades para o que se estava sendo analisado em sala de aula. Outro ponto positivo foi a participação de estudante que não estavam ligados diretamente ao projeto; ➤ Esse momento é de grande importância para toda comunidade escolar, uma vez que foram realizadas ações interdisciplinares que propiciou a discussão de importantes temas como o meio ambiente sustentável, sobretudo no que diz respeito a realidade vivenciada no ambiente local e a demonstração de práticas sustentáveis articuladas de forma coletiva no ambiente escolar; ➤ Ótimo. Pois a escola apresenta a sua proposta diferenciada em trabalhar os temas transversais; ➤ Como um momento de extrema importância, tendo em vista a necessidade de conscientização da prática de desenvolvimento sustentável; ➤ A gestão participou, alguns professores se empenharam, alguns participaram com projetos, o alunado mostrou interesse pelos temas trabalhados.

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Segundo os relatos apresentados pelos docentes à metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho conseguiu atingir múltiplos objetivos, portanto se configurando este momento como algo positivo, destacando-se por ter conseguido atrelar os conhecimentos teóricos vivenciados em sala de aula com os aspectos do cotidiano dos alunos, dando sentido ao que se aprendeu. Os projetos possibilitaram vivências com ações que suscitaram uma convivência harmoniosa com a natureza, constituindo elementos importantes à sensibilização para práticas sustentáveis.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de que o currículo escolar foi fortalecido, à medida que passou a ter nos temas transversais um de seus elementos estruturantes para a prática docente. Isto sem dúvida abre perspectiva para outros temas serem trabalhados. Um sinal desse fortalecimento é que, além da Educação Ambiental, temas como Direitos Humanos e Diversidade Cultural vêm sendo continuamente incluídos nos planos das disciplinas.

Os resultados desses trabalhos refletiram diretamente em outros que posteriormente foram realizados por discentes e docentes. Alguns frutos do trabalho foram vistos com maior evidência quando do momento de realização da Exposição Científica e cultural que teve como tema "Vivenciando práticas pedagógicas voltadas para uma escola sustentável", realizada no dia 06 de Dezembro de 2013.

Neste momento foram apresentados os resultados dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano letivo no âmbito de todos os componentes curriculares. Ao todo a exposição contou com 14 stands, conforme mostra a Figura 9, que retrataram todas as vivências com a Educação Ambiental vistas ao longo do ano.

Figura 9: Folder da VII Exposição científica e cultura da escola Jornalista José Leal Ramos constando os trabalhos pedagógicos desenvolvidos

VII EXPOSIÇÃO CIENTÍFICA E CULTURAL DA E.E.E.F.M. JORNALISTA JOSÉ LEAL RAMOS
 Vivenciando Práticas Pedagógicas voltadas para uma Escola Sustentável
 Dia 06 de Dezembro de 2013

São João do Cariri - PB

PROGRAMAÇÃO

8:00 - ABERTURA

- Composição da mesa: diretores, professores e autoridades presentes;
- Execução dos Hinos: Nacional, Estadual e Municipal;
- Apresentações culturais.

9:00 - APRESENTAÇÕES E EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS

STAND 1

- Resíduos Sólidos: tome sua escola sustentável;
- Plástico: resíduo prejudicial ao meio ambiente;
- Qualidades sustentáveis;
- Metamorfose ambulante: Transformando hábitos em qualidade de vida;
- Saúde verde na Escola: uma prática de sustentabilidade.

STAND 2

- Você pensa Sustentável?

STAND 3

Linguagem e Arte: sensibilizando ações sustentáveis

- Teatro Negro: Sustentabilidade em Cena

STAND 4

Linguagem e Arte: sensibilizando ações sustentáveis

- Linguagem e Arte: Sensibilizando ideias Sustentáveis em Quadrinhos;
- Instalação - Exposição de Artes; Apresentação do Chapeleiro Maluco e Cisne Negro.

STAND 5

- Jogos e brinquedos populares: Uma possibilidade nas ações sustentáveis

STAND 6

- Clareie as ideias: use a energia elétrica com racionalidade para um mundo mais sustentável

STAND 7

- Minha água (...) Nossa vida

STAND 8

- O meio Ambiente e suas ramificações: Uma terra saudável

STAND 9

- Ação com(ns)ciência por um Planeta Sustentável

ÁREAS EXTERNAS

STAND 11

- Saúde verde na Escola: uma prática de sustentabilidade

STAND 12

- Metamorfose ambulante: Transformando hábitos em qualidade de vida

STAND 13

- Reurbanização e decoração da escola através da arte com materiais recicláveis

STAND 14

- Mesa do artesanato

12:00 - ALMOÇO

- Forró Prodígio

13:30 - REABERTURA AS VISITAÇÕES

17:30 - ENCERRAMENTO

- Apresentações culturais

Fonte: Acervo da Escola (Dezembro/2013)

Diferentemente do que se é comum presenciar nas amostras científicas realizadas em muitas escolas, os trabalhos apresentados foram os que já vinham sendo gestados desde o início do ano letivo, resultando de uma ampla discussão e vivências, quebrando um velho hábito de que no máximo um mês antes, se decidiam quais projetos e/ou temas deveriam ser trabalhados com os discentes para a apresentação no evento, tornando-se este pouco fecundo.

A Educação Ambiental foi desse modo, exercitada de diversas formas e linguagens permeando todos os componentes curriculares, assim como já havia ocorrido na Conferência Escolar de Meio Ambiente. Alguns desses trabalhos estão expostos na Figura 10.

Figura 10: Exposição dos projetos com tema sustentabilidade durante a VII Exposição científica e cultural da escola Jornalista José Leal Ramos



Fonte: Acervo da escola (Dezembro/2013)

Percebeu-se, ao longo de todo o processo de planejamento e organização do trabalho grande empolgação por parte dos docentes, haja vista os resultados positivos alcançados durante a Conferência Escolar. Não se pode negar que tal ânimo é fruto também da clareza quanto aos temas e metodologias suscitados pelos docentes, resultado de práticas efetivas e bem fundamentadas nos princípios da Educação Ambiental.

Vale ressaltar que esse trabalho com Educação Ambiental na Escola permeou também outros projetos como o programa Mais Educação, no qual, até a aproximadamente a primeira

metade do ano corrente, foram direcionadas algumas ações no sentido de fortalecer ainda mais os aspectos da Educação Ambiental junto aos discentes. Nesse sentido as oficinas de Horta Escolar, Leitura e Produção Textual e Artesanato Popular aproximaram ainda mais os alunos da reflexão e das vivências com práticas sustentáveis, as quais a Conferência Escolar estava suscitando.

Os professores comunitários (oficineiros) receberam por parte da gestão escolar no início do ano letivo de 2014 as orientações para o desenvolvimento de propostas pedagógicas que trabalhassem a Educação Ambiental de forma teórica e prática. Percebeu-se que no âmbito das referidas oficinas houve resultados significativos neste sentido. A partir da leitura de obras literárias que tratam de algumas questões ambientais foram promovidas reflexões e discussões acerca dos mesmos, bem como, os discentes foram levados a produzirem textos para tratar de como estas problemáticas afetavam a comunidade local. No transcorrer das oficinas de Artesanato popular, a professora comunitária pautou-se na confecção de artesanatos com materiais recicláveis, ensinando aos alunos como materiais que são descartados nas residências podem ser transformados em peças de arte. Já durante as oficinas de Horta escolar, além do aproveitamento das estruturas existentes na escola, como a horta construída durante os Projetos de Ação para a Conferência Escolar, houve novas e criativas formas de se despertar o interesse do alunado para ações ambientais. Todo o trabalho foi articulado de modo que as ações realizadas em uma oficina servissem as demais (Figura 11).

Figura 11: Atividades do programa Mais Educação voltadas a vivências no contexto da Educação Ambiental



Fonte: Acervo da Escola (Junho/2013)

Outro aspecto a ser levantado neste momento diz respeito às perspectivas de mudanças no espaço escolar a partir das ações engendradas no percurso dos trabalhos com Educação

Ambiental, sobretudo em decorrência da Conferência Escolar de Meio Ambiente. O Quadro 11 especifica alguns desses resultados.

Quadro 11: Respostas dos docentes acerca da existência ou não de resultados visíveis na atualidade a partir dos trabalhos realizados

Relatos explicitados
<ul style="list-style-type: none">➤ Sim. Principalmente no trabalho de sensibilização e conscientização de todos os envolvidos na escola, pois percebe-se que os alunos da escola apresentam um certo grau de consciência socioambiental;➤ Sim, pois nota-se que parte do alunado e toda comunidade escolar apresentou mudanças de comportamento com relação ao meio ambiente;➤ Sim. A escola hoje está em processo de formação da Com-Vida e Agenda 21, onde essas políticas irão melhorar ainda mais nossas ações em relação aos principais problemas ambientais vividos na escola e na sociedade além de conscientizar a população em relação a seus direitos e deveres em relação a educação ambiental;➤ Sim. A preocupação de alguns discentes com resíduos sólidos (lixo) e gastos com água e energia além do necessário;➤ A vontade de alguns docentes de realizarem práticas exitosas como as promovidas na Conferência, que resultou em projetos de grande referência com vistas a transformar a escola em um espaço educador sustentável. É também notável o protagonismo estudantil revelado por alguns alunos nas ações do projeto. A participação da Escola Jornalista nas Conferências Infanto-Juvenil de Meio Ambiente nas etapas (Escolar - Estadual - Nacional) acarretou experiências ambientais educativas significativas, sendo uma delas a formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola;➤ É necessário continuidade das práticas desenvolvidas na conferência de 2013;

Fonte: Pesquisa direta (Setembro/2014)

Os professores relatam que os alunos envolvidos na execução dos projetos se mostram mais conscientes e sensibilizados as questões socioambientais, havendo uma preocupação maior acerca de problemas como resíduos sólidos e gastos desnecessários de água e energia, entre outras questões que suscitaram ações pedagógicas. Muitos alunos assumiram uma postura ativa nos processos de mudanças das problemáticas existentes na comunidade, participando de discussões no âmbito desta, sugerindo e colocando em prática ideias para construção de um espaço educador sustentável o que significou um importante fator para o exercício do protagonismo estudantil.

Outro resultado positivo visto na atualidade, resultado de todo o processo de discussão realizado, é o fato de que a escola está constituindo a sua Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Com-Vida, que se trata de um espaço voltado a discussão e execução de ações tendo em vista a efetivação da Educação Ambiental no âmbito escolar e, acima de tudo, tornar a escola em um espaço educador sustentável, como já discutimos anteriormente.

Com a participação da Escola na IV Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, etapa nacional, muitas diretrizes foram dadas para a constituição da Com-Vida no

âmbito da mesma. A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, por sua vez, manteve um acompanhamento efetivo no processo de participação nas Conferências (etapas estadual e nacional), bem como, na formação da Com-Vida.

Para que este espaço se efetive, no entanto, é preciso superar alguns desafios, sendo o principal deles o pouco envolvimento da maioria dos docentes. Observa-se que são poucos os envolvidos de fato no fortalecimento dessa ação o que leva a resultados poucos satisfatórios. A gestão escolar acaba assumindo um papel central diante desse quadro, estabelecendo um diálogo constante com os docentes de modo a garantir um planejamento sistemático e o incentivo à participação das ações realizadas pela comunidade escolar.

É notório, diante dos relatos e das observações realizadas, que com a troca de gestão, ocorrida em Abril de 2014, houve um processo de desarticulação dessas ações. Durante o ano de 2013 e nos primeiros meses de 2014, as discussões realizadas em encontros pedagógicos como visto na Figura 12, voltado a discutir a formação da Com-Vida, foram algo constante. Já neste ano, 2014, percebe-se que quase não se tratou acerca do assunto. Assim as ações, como as mostradas na Figura 13 só se tornaram possíveis pela iniciativa individual de alguns poucos professores.

Figura 12: (A) Planejamento pedagógico coletivo; (B) Discussão para formação da Com-Vida



Fonte: Acervo da escola (Abril/2014)



Fonte: Acervo da escola (Fevereiro/2014)

Figura 13: Reunião da Com-Vida Jornalista José Leal Ramos



Fonte: Acervo da escola (Junho/2014)



Nesse sentido, conforme destacado no Quadro 11, se torna imprescindível a "continuidade das práticas desenvolvidas na conferência 2013" para que a Educação

Ambiental se torne uma prática efetiva no meio escolar e que vislumbre ações transformadoras neste espaço e no cotidiano da comunidade.

A falta de continuidade nas ações é algo que se percebe, diante dos dados levantados, sendo um dos principais aspectos negativos a ausência de planejamento e direcionamentos voltados para o fortalecimento de organismos já existentes, como no caso da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas torna-se possível concluir que o quadro ambiental vivenciado, sobretudo durante a segunda metade do Século XX apontou, após uma discussão ampla realizada a nível mundial envolvendo governantes e autoridades no assunto, para a necessidade de se construírem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, fatores preponderantes pelo qual a Educação Ambiental tem sido fortalecida em todos os âmbitos da sociedade organizada, especialmente no âmbito da educação formal.

No Brasil, sobretudo após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Eco 92), foram criados diversos mecanismos institucionais que promoveram avanços significativos no tocante a promoção da Educação Ambiental no contexto escolar, dos quais destacam-se a aprovação dos PCNs, a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental, bem como a criação de programas como o Programa Nacional de Educação Ambiental e o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, destacando-se estes últimos com papéis importantes na execução de ações junto as escolas do país, visando a transformação destas em espaços educadores sustentáveis, sendo os mesmos ainda pautados numa perspectiva contextualizada e transformadora da realidade e contribuindo para que haja melhorias significativas na qualidade de vida de todos.

Frente a análise do papel desempenhado pela Geografia dentro do contexto da questão ambiental pôde-se perceber que, haja vista constituir na abordagem ambiental uma perspectiva humana, oferece subsídio ao rompimento da separação clássica existente entre a natureza e a sociedade. Tem-se em vista ainda compor importante base para a instrumentalização da leitura espacial, subsidiando a compreensão da problemática relação sociedade/natureza e contribuindo para a construção da cidadania socioambiental.

Por último, foi possível verificar que, o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Ambiental no contexto escolar contribuiu de forma significativa para as práticas pedagógicas de professores e professoras na escola objeto deste estudo. Ações inerentes a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, em sua etapa escolar, estadual e nacional, subsidiaram trabalhos pedagógicos envolvendo todos os componentes curriculares ministrados na referida escola.

Pode-se concluir ainda que o desenvolvimento desses trabalhos fomentaram de forma direta outras ações, também em consonância com os dispostos nas políticas públicas analisadas, sendo a criação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola um dos fatores que demarca este fato.

Ao mesmo tempo, fica claro que as políticas públicas idealizadas prescindem de uma adesão por parte daqueles que são corresponsáveis por elas, haja vista ser imprescindível a adoção de uma postura profissional de trabalho em equipe, na qual o diálogo entre as áreas seja um exercício constante tendo em vista a garantia de que as ações pedagógicas engendradas sejam pautadas no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Tem-se em vista que, trabalhos exitosos com Educação Ambiental, como os diagnosticados, que resultaram em discussões, ações e constituição de espaços importantes como a Com-Vida, não podem ser deixados de lado. A prática contínua em Educação Ambiental é um viés imprescindível para transformar a escola num espaço educador sustentável, haja vista que, no caso aqui explicitado, as discontinuidades das ações podem desanimar toda uma comunidade escolar, levando ao esquecimento esforços e esperanças já constituídas em organismos como a Com-Vida.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Francisco José Pegado; CAMAROTTI, Maria de Fátima; SILVA, Rivete Lima de. Formação continuada de professores no Cariri paraibano. In: **Educação Ambiental: formação continuada de professores no bioma Caatinga**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

ALMEIDA, A. S. V. **A inclusão da Educação Ambiental nas escolas públicas do estado de Goiás: o caso dos praecs**. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARMOND, N. B.; AFONSO, A. E. Da geografia física à geografia (sócio) ambiental e seu “retorno” à geografia: breves reflexões sobre mutações epistemológicas e o campo científico. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Visões**, Macaé, p. 01-11, v. 1, n.4, Jan./Jun. 2008.

BRASIL. **A Implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, Brasília - DF, 1998.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988, 292p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, 2007b, 109p.

_____. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3.ed. Brasília: MEC/MMA, 2005.102 p.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola** / Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente. 3. ed., rev. e ampl. Brasília: MEC, Coordenação-Geral de Educação Ambiental, 2012a.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando - Com-Vida Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola**. Brasília, 2004, 42p.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Meio ambiente e saúde, v. 9. Brasília: MEC, 1997.

_____. **Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação: escolas sustentáveis**. – Brasília: Ministério da Educação, Secadi: Ministério do Meio Ambiente, Saic, 2012b.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: CNE/MEC, 2012c.

_____. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CANDIANI, G. et al. Educação ambiental: percepção e prática sobre meio ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, v. 12, p. 74-89, jan./jun. 2004.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

DUSO, A. P.; SUDBRACK, E. M. Políticas educacionais: textos, contextos e práticas – possíveis interfaces. **Revista de Ciências Humanas (RCH)**, Frederico Westphalen, v.10, n.15, p.65-80, out. 2010.

EFFTING, T. R. **Educação Ambiental nas escolas públicas: realidade e desafios**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Curso de Especialização em Planejamento para o Desenvolvimento sustentável, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, RO, 2007.

FIALHO, Edson Soares. O meio ambiente: O discurso geográfico rumo a transdisciplinaridade. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, v. 4, n. 4, p. 37–48, 2007.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. Brasília: Plano Editora, 2003.

GADOTTI, M. A Carta da Terra na educação. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

_____. **Boniteza de um sonho: Ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

GARCIA, Á. da S. **Comissões de Meio Ambiente e qualidade de vida na escola: os desafios da educação ambiental como política pública**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, G. da C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação: **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.6, n. 2, p.99-109, jul./dez. 2003.

LEÃO, A. L. C.; SILVA, L. M. A. **Fazendo Educação Ambiental**. 4. ed. Recife: CPRH, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**: velhos e novos temas. Goiânia: Edição do Autor, 2002.

MEDEIROS, A. B. de et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, São Luís de Montes Belos, v. 4, n. 1, p. 01-17, set. 2011.

MENDONÇA, F. de A. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Geografia socioambiental. In: **Terra Livre**, 2011, São Paulo, n. 16, p. 113-132, 1º semestre, 2001.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: Pequena História Crítica. 21. ed. São Paulo, Annablume, 2007.

MORAIS, L. G. B. de L.; MELO, J. A. B. de. Pensando a relação sociedade-natureza na geografia: apontamentos para a geografia socioambiental. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 45, p. 22-29, Mar. 2013.

MORESI, E. (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, M. M. de; FARIAS, P. S. C.; SÁ, A. J. de. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Revista de Geografia**, Recife, v. 25, n. 3, p. 108-121, set./dez. 2008.

OLIVEIRA, T. V. dos S. de. A educação ambiental e cidadania: a transversalidade da questão. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.º 42/4, p. 01-09, abr. 2007.

PEREIRA, R. da S. Geografia. In: CANO, Márcio Rogério de Oliveira. **Coleção a reflexão e a prática no ensino**. São Paulo: Blucher, 2012.

PRESTES, M. L. de M. **A pesquisa do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. São Paulo: Rêspel, 2008.

RODRIGUES, A. de J. **Geografia: Introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.

SANTANA, C. G.; MELO, D. S. de. Práticas Educativas: novas possibilidades com a oficina do futuro. In: **V Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2011, São Cristóvão, SE. "Educação e Contemporaneidade", 2011.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & editora, 2000.

SANTOS, E. T. A. dos. **Educação ambiental na escola**: conscientização da necessidade de proteção da camada de ozônio. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *GeoTextos*, v. 1, n. 1. p. 139-151, out. 2005.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 72-102, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 43-53, jan./jun. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Prezado (a) professor (a)

O presente questionário faz parte de uma pesquisa intitulada “**As política públicas de Educação Ambiental e seus reflexos no contexto escolar: um estudo de caso acerca da Escola Jornalista José Leal Ramos, São João do Cariri - PB**” que estou desenvolvendo como pré-requisito para conclusão do Curso de especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares, oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba. Tal pesquisa tem como objetivo geral analisar os reflexos da Política Nacional de Educação Ambiental nas práticas dos professores e professoras das escolas do município de São João do Cariri, PB.

Para o bom desenvolvimento desta pesquisa peço a sua colaboração no sentido de responder às questões, de tal forma que suas respostas expressem sua posição em relação ao tema tratado.

Desde já agradeço a sua contribuição.

1. PERFIL DO PROFESSOR

1.1. Nome: _____

1.2. Idade: _____ 1.3. Sexo: Masculino (); Feminino ().

1.4. Formação/ões acadêmica/s: _____

1.4.1. Ano/s em que concluiu: _____ 1.4.2. Em qual/is instituição/ões: _____

1.5. Escola/s em que leciona: _____

1.6. Vínculo profissional (efetivo ou contratado): _____

1.7. Em quais turmas você leciona: _____

1.8. Qual/is disciplina/s você leciona atualmente: _____

1.9. Há quanto tempo leciona a/s mesma/s: _____

1.10. Há quanto tempo desempenha a função docente: _____

2.11. Você possui alguma formação específica em Educação Ambiental:

a) Sim (); b) Não ().

2.11.1. Em caso afirmativo diga-nos qual: _____

2.11.2. Em qual instituição: _____ 2.11.3. Em que ano concluiu: _____

2. SOBRE A PRÁTICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

2.1. O Projeto Político Pedagógico da escola contempla a Educação Ambiental em suas ações pedagógicas ou em seus objetivos:

a) Sim (); b) Não (); c) Não tenho conhecimento ().

2.1.1. Caso contemple diga-nos que princípios estão norteados: _____

2.2. No seu entendimento é importante trabalhar a Educação Ambiental no âmbito da disciplina a qual você leciona: a) Sim (); b) Não ().

Por quê? _____

2.3. Em sua prática de ensino você faz uso da Educação Ambiental enquanto elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas?

a) Sim (); b) Não ().

2.3.1. Em caso afirmativo:

I - Diga-nos com que frequência faz uso da Educação Ambiental: _____

II - Relate um pouco sobre uma ou mais experiências com trabalho em Educação Ambiental a qual você esteve ou está envolvido/a: _____

III - Que dificuldades você enfrentou ou está enfrentando para desenvolver trabalho/s em Educação Ambiental? _____

IV - Conte-nos sobre a existência ou não de um planejamento sistemático de sua parte ou em conjunto com os demais professores que constitua uma interdisciplinaridade na execução do/s trabalho/s com Educação Ambiental em que você participou ou está participando: _____

3. SOBRE AS POLÍTICAS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR

3.1. Você conhece uma ou mais ações (políticas educacionais) de âmbito municipal, estadual ou federal que esteja/m voltada/s para a implementação da Educação Ambiental no cotidiano escolar:

a) Sim (); b) Não (); c) Sei que existe mas não conheço o funcionamento ().

3.1.1. Em caso afirmativo responda:

I - Qual/is? _____

II - De que modo esta/s lhe serve/m de apoio às práticas em Educação Ambiental com seus alunos? _____

3.2. Você já ouviu falar em Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e de Conferência de Meio Ambiente na Escola:

a) Sim (); b) Não ().

3.2.1. Em caso afirmativo, responda:

I - Como ficou sabendo da existência (de ambas ou de apenas uma delas): _____

II - O que propõe/m a/s mesma/s? _____

3.3. Sua/s escola/s já realizou/aram alguma vez a Conferência de Meio Ambiente na Escola:

a) Sim (); **b)** Não (); **c)** Não tenho conhecimento ().

3.3.1. Em caso afirmativo, responda:

I - Em qual/is ano/s: _____

II - Você participou da/s mesma/s:

a) Sim (); **b)** Não ();

3.3.2. Caso não tenha participado, responda:

I - Qual/is foi/ram o/s motivo/s: _____

3.3.3. Caso tenha participado, responda:

I - Como foi o desenvolvimento desse trabalho por parte da escola e no âmbito da sua disciplina: _____

II - Você fez uso de documentos oficiais locais ou nacionais ou outro/s instrumento/s para melhor desempenho desse trabalho com seus alunos? Caso tenha feito, diga-nos qual/is? ____

III - Foram explorados problemas relacionados ao meio ambiente do município (da cidade ou do campo) e/ou da escola? Caso tenha sido explorado, diga-nos quais e que metodologia/s foi/ram adotada/s? _____

IV - Como foi o envolvimento dos diferentes setores da escola (gestão, professores, funcionários, alunos, familiares e demais membros da comunidade escolar): _____

V - Como você avalia este momento vivenciado na escola: _____

VI - O fato de a escola ter promovido este acontecimento tem possibilitado algum resultado visível na atualidade? Qual/is? _____

ANEXO



**IV CONFERÊNCIA NACIONAL
INFANTOJUVENIL PELO
MEIO AMBIENTE**



Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis

Conferência na Escola

**Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista José Leal
Ramos – São João do Cariri -PB**

Projeto

CLAREIE AS IDEIAS: use a energia com racionalidade para um mundo sustentável

São João do Cariri, Setembro de 2013

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que no Brasil um dos maiores desafios para os próximos anos é a produção de energia suficiente para alimentar um parque industrial capaz de competir com as principais potências mundiais no setor, a geração de energia acaba se tornando uma questão nacional importante.

Todavia os exemplos verificados nos últimos anos mostram que o setor energético brasileiro tem muitas fragilidades, uma das principais delas é que a energia elétrica, principal fonte energia utilizada no país, responsáveis por 71% da produção total, apresenta sérios problemas de abastecimento.

Os colapsos no fornecimento de energia, conhecidos como “apagões” observados no ano de 2001 e em 2013, são os principais sintomas de que o setor energético brasileiro apresenta problemas de funcionalidade. Na atualidade, grande parte dos reservatórios nacionais está funcionando com menos de 50% de sua capacidade. Isto significa que o perigo de haver uma política de racionamento no uso da energia é grande, caso não chova o suficiente para abastecer estes reservatórios.

Enquanto não se desenvolve uma política abrangente de utilização e diversificação de fontes energéticas renováveis que são, ao mesmo tempo, duráveis e mais limpas que as convencionais, como é o caso da energia solar e eólica, é necessário investir esforços numa educação para o uso racional dos recursos energéticos existentes na atualidade.

Inserido numa política de uso racional das fontes energéticas encontra-se a redução dos gastos desnecessários, principalmente nas instituições e empresas públicas e privadas, cujo consumo elevado diariamente precisa ser reduzido. Estudos apontam que cerca de 10% do total da energia elétrica utilizada no país é desperdiçado anualmente, este número representa a produção total do estado do Rio de Janeiro durante um ano.

O mesmo estudo aponta que entre as principais causas para este desperdício estão os processos industriais obsoletos e sistemas de refrigeração, aquecimento e Iluminação inadequados. Diante da não existência de sistemas que permita o desligamento automático, vários destes equipamentos fica ligados por muito tempo desnecessariamente.

Nas instituições públicas o problema torna-se ainda mais preocupante, há uma cultura abrangente de que o dinheiro empregado para pagar os gastos públicos não sai do bolso de quem opera os setores públicos, fazendo com que não haja maiores preocupações com o uso exacerbado dos equipamentos existentes em tais estabelecimentos.

No que diz respeito às instituições públicas de ensino, há uma grande preocupação quanto ao desperdício de energia elétrica, os diversos recursos existentes, como os eletrodomésticos, os computadores, as lâmpadas, o data shows e tantos outros equipamentos são utilizados diariamente pelas profissionais levando a valores elevados de consumo.

No entanto, estes estabelecimentos devem exercer uma política interna de conscientização das pessoas quanto ao uso racional dos equipamentos disponíveis nos setores da escola. Tal política deve estar vinculada ao papel social de uma educação comprometida com o bem estar das pessoas, construindo competências que seja úteis a vida de cada um. Para tanto, é preciso um engajamento coletivo, visando alcançar os diversos setores.

A economia de energia elétrica, desse modo, longe de interferir no desenvolvimento das atividades, surge como uma das principais maneiras de garantir seu acesso a todos. Além disso, é uma ótima oportunidade para exercitar práticas sustentáveis dentro de um mundo que se caracteriza pelo desperdício.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Este projeto tem por objetivo a redução dos gastos de energia elétrica na Escola Jornalista José Leal Ramos, com vistas a se estender a comunidade como um todo, através de análises e soluções básicas, assim como recursos presentes em nosso meio.

Objetivos específicos

1. Identificar os horários de maior gasto de energia, bem como os principais agentes responsáveis por estes gastos;
2. Diagnosticar os principais tipos de desperdícios de energia elétrica na escola e residências;
3. Identificar e avaliar os espaços que demandam maiores preocupações quanto ao uso racional de energia e aplicar métodos que reduzam o desperdício.
4. Desenvolver campanhas de conscientização para o uso racional em todos os setores da escola e posteriormente da comunidade.

METODOLOGIA:

1. Acompanhar durante uma semana a quantidade de quilowatt-hora (kWh) gastos, primeiramente na escola para posteriormente levar as residências dos alunos, através do relógio.

Na escola esse levantamento ficará sob a responsabilidade a um grupo de alunos que farão anotações em horário específico, apontando os valores coletados. Nas residências dos alunos os métodos serão os mesmos, no entanto, cada um se responsabilizará por coletar os dados de suas casas.

2. Fazer o levantamento dos eletroeletrônicos e lâmpadas existentes em cada setor da Escola e das residências.

Na Escola o grupo irá contar com a ajuda da direção e funcionários que ajudarão a levantar dados sobre o total de aparelhos que possam estar fora do conhecimento dos alunos, assim com também se estão funcionando ou não. Nas residências os alunos contarão com a ajuda dos pais e/ou responsáveis para levantamento dos aparelhos existentes.

3. Avaliar, a partir dos estudos realizados, quais os principais setores que demandam maior preocupação quanto ao desperdício de energia. Nessa fase o grupo ficará responsável por analisar os setores com maior incidência de gastos de energia levando em consideração o total de lâmpadas e eletroeletrônicos presentes no setor, e o total de horas que permanecem ligados.

4. Através da planta ou croqui do prédio, representar dentro do desenho de cada setor a quantidade de lâmpadas e eletroeletrônicos existentes. O setor que apresentar maior quantidade de eletroeletrônicos e de lâmpadas, assim também como o maior tempo que cada um permanecer ligado diariamente será representado pela cor VERMELHA, já o setor que apresentar menor quantidade de lâmpadas e eletroeletrônicos, assim como também uma menor redução de permanência que se mantém ligada diariamente será representada na cor AZUL.

5. Fazer um relatório demonstrando as situações citadas acima, mostrando o levantamento de dados e as conclusões.

6. Desenvolver uma campanha de conscientização para o uso racional dos recursos eletroeletrônicos existentes na Escola e nas residências, aplicando métodos e ações que visem a **REDUÇÃO DOS GASTOS DE ENERGIA**. Essa conscientização abrangerá os mais diversos setores. A conscientização envolverá a confecção de placas, cartazes, animações,

frases criativas, e sugestões que visem chamar a atenção para o uso racional da energia elétrica.

7. Formar uma comissão de acompanhamento e avaliação do emprego de métodos visando monitorar o funcionamento e desenvolvimento do projeto. Um grupo irá por um determinado período monitorar se cada setor está seguindo com as regras para a redução dos gastos de energia elétrica em cada setor, alertando, por exemplo, aquele "computador ligado sem ninguém está usando" ou aquela "lâmpada acesa sem ninguém está utilizando", anotando o não cumprimento da regra dos setores envolvidos, repassando mais uma vez as normas para serem seguidas, assim como punições aos setores envolvidos.

8. Análise geral se houve ou não redução nos gastos de energia elétrica, através da obtenção de **contas de energias** anteriores e posteriores, ao trabalho de conscientização, verificação e levantamento do total de quilowatt-hora (kWh)/dia gastos na Escola e em suas residências, através do medidor elétrico (relógio), a fim de comprovar a redução de gastos elétricos.

9. Relatório geral do projeto, apontando os resultados alcançados e os pontos a serem melhorados para ações futuras.

MOTIVAÇÃO:

O uso eficiente da energia e dos recursos naturais é uma das mais importantes formas de efetivamente alcançar a sustentabilidade (*Dados segundo a procel - programa nacional de conservação de energia elétrica*).

CLASSIFICAÇÃO:

Este trabalho será classificado do ponto de vista de sua natureza como aplicada, pois objetiva a geração de conhecimentos para solucionar problemas específicos (A redução dos gastos de energia elétrica), assim como também descritivo, devido à coleta de dados para levantamento, e por fim classificado como estudo de caso, pois envolve um estudo detalhado para realizar a análise dos resultados.

CRONOGRAMA:

AÇÕES	2º semestre 2013	1º semestre 2014	2º semestre 2014
Apresentação do projeto	X		
Monitoramento do gasto de energia	X	X	X
Levantamento dos recursos eletroeletrônicos existentes	X	X	
Entrega da primeira avaliação e relatório	X	X	
Campanha de conscientização	X	X	X
Aplicação das ações necessárias à redução do consumo de energia	X	X	X
Formação da comissão	X	X	
Entrega das avaliações mensais e relatórios	X	X	X
Relatório final do projeto.			X

Fonte: Escola Jornalista José Leal Ramos